



COOPERACIÓN ENTRE ORGANISMOS DE  
COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS AGRO-  
PECUÁRIOS DOS PAÍSES DA ALADI:  
ANTECEDENTES E SITUACIÓN ATUAL

ALADI/SEC/Estudo 24  
21 de dezembro de 1984

## ÍNDICE

	<u>Página</u>
1. INTRODUCCIÓN .....	3
2. ANTECEDENTES SOBRE COOPERACIÓN ENTRE ORGANISMOS DE COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS AGROPECUÁRIOS .....	5
3. TENDÊNCIAS GERAIS DO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOS PAÍSES DA ALADI: 1978-1982 .....	17
4. SITUACIÓN ATUAL DOS ORGANISMOS DE COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS AGROPECUÁRIOS NOS PAÍSES DA ALADI .....	25
5. MECANISMOS DE COOPERACIÓN E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM NÍVEL DA ALADI .....	31
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	36
Anexo I - RELAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS DURANTE A MISSÃO .....	39
Anexo II - QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS ORGANISMOS NACIONAIS DE COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS AGROPECUÁRIOS .....	41
Anexo III - LISTA DE QUADROS .....	43



//

77

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta resumidamente os resultados de uma missão de assessoria realizada a pedido da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). O objetivo central da missão foi fornecer elementos de juízo para decidir a viabilidade e conveniência de iniciar (seria mais apropriado falar de reiniciar, dado os amplos antecedentes desenvolvidos pela ALALC no tema) um programa de cooperação entre organismos de comercialização de produtos agropecuários. Em forma complementar, este estudo trata de identificar as principais linhas de ação deste programa e os mecanismos mais adequados para sua colocação em andamento e para que sua execução tenha êxito.

Não obstante as importantes modificações produzidas no âmbito legal e operacional dos organismos de comercialização de produtos agropecuários, existe consenso no sentido de que mantêm muita importância devido à magnitude e com posição do fluxo comercial que executam (diretamente ou regulando a participação de outros organismos ou empresas). Isto explica que esses organismos, na opinião de alguns, são o vínculo adequado para qualquer programa de fortalecimento do comércio intrazonal de produtos agropecuários. De outra perspectiva, estes mesmos organismos foram considerados como elementos centrais da estratégia orientados a fortalecer a capacidade de negociação dos países em vias de desenvolvimento no comércio internacional de produtos básicos. Mais recentemente, estes mesmos organismos foram considerados como elementos insubstituíveis para a obtenção do objetivo da segurança alimentar regional.

A diferente conceitualização dos mesmos organismos (que é ao mesmo tempo o resultado de sua diversidade) nos explica a profusão de mecanismos de cooperação entre organismos de comercialização que constituídos na região, nas últimas duas décadas. Ao mesmo tempo, a desproporção objetivos e logros objetivos manifestada em quase todos os mecanismos antes mencionados poderia explicar-se a partir da premissa de que talvez esperou-se demasiado e em áreas muito diversas, destes organismos que apesar de sua importância estratégica, de sua significação política, da magnitude de recursos financeiros requeridos para sua operação, não contavam com meios suficientes para responder nos diferentes terrenos onde foi requerida sua participação. Mais ainda, como se verá mais adiante, a instabilidade institucional que os caracteriza manteve-se tão ocupados em seus próprios problemas de supervivência em nível nacional que foi pouco o que puderam derivar para esforços de cooperação com outros organismos similares da região.

Para o desenvolvimento da missão o Consultor teve reuniões com os principais diretores dos organismos de comercialização de produtos agropecuários da sub-região andina e do México. A relação de pessoas entrevistadas constam do Anexo I. Funcionários da Secretaria da ALADI encarregam-se das entrevistas e de arrecadar a informação sobre os países da zona sul do Continente.

Durante a preparação do presente relatório o Consultor participou, a pedido da Secretaria, da Primeira Reunião de Gerentes de Empresas Públicas que Comercializam Alimentos na América Latina e no Caribe, organizada de forma conjunta pelo CASAR e pela ALADI. Participou também como Observador da Reunião

gml

//

//

Técnica sobre Formação dos Sistemas Nacionais de Segurança Alimentar e do Sistema Andino organizada juntamente pela JUNAC e pela OEA. Em ambos os casos foram elaborados relatórios específicos e arrecadaram-se opiniões e elementos de juízo de grande importância para a redação do presente relatório.

O documento foi dividido em cinco capítulos substantivos e um de conclusões e recomendações. No capítulo 2 se apresentam os antecedentes em matéria de cooperação entre organismos de comercialização de produtos agropecuários. Embora tenham sido desenvolvidos sob âmbitos institucionais diferentes, têm como fator comum ter convocado somente organismos estatais de comercialização, situação que mesmo correspondendo à participação predominante do Estado na primeira parte da década de setenta, parece não corresponder à situação atual. O capítulo inclui um intento de avaliar globalmente os esquemas que tiveram vigência anteriormente, com o propósito de esclarecer as perspectivas de um novo mecanismo no âmbito da ALADI.

O terceiro capítulo contém uma análise das principais tendências do comércio de produtos agropecuários no âmbito da ALADI durante o período 1978/1982. O objetivo central desta análise é encontrar a magnitude e a estrutura dos fluxos comerciais de produtos agropecuários com a região e com o resto do mundo. Passa-se a uma análise desagregada do comércio dos produtos lácteos, cereais, óleos e gorduras, sementes e frutas oleaginosas e legumes, a fim de estabelecer as proporções de produtos de dentro e de fora da região, bem como as reais possibilidades de substituição de terceiras origens que pudesse ampliar a magnitude do comércio intra-regional de produtos agropecuários.

O capítulo 4 contém o diagnóstico da situação vigente nos organismos de comercialização de produtos agropecuários a partir dos contatos mantidos com seus principais executivos e dos resultados de um questionário (ver Anexo II) enviado aos organismos através dos canais habituais da Associação. Como se verá nesse capítulo, as respostas ao questionário na maioria dos casos, foram parciais.

Finalmente, o capítulo 5 contém os delineamentos gerais de um programa de cooperação e assistência técnica a ser executado no âmbito da ALADI. O capítulo 6 apresenta as principais conclusões e contém uma lista de recomendações sobre as ações que, em opinião do Consultor, deveria executar a Secretaria para o desenvolvimento do programa.

//

## 2. ANTECEDENTES SOBRE COOPERAÇÃO ENTRE ORGANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

No presente capítulo são analisadas as diferentes experiências em matéria de cooperação entre organismos de comercialização de produtos agropecuários, levando em conta tanto aqueles que operaram entre 1967 e 1983 como os que mantêm vigência em nível regional e no contexto dos países em vias de desenvolvimento.

Para fazer uma avaliação global dos mecanismos de cooperação foi deixado de lado o fato de que cada um desenvolveu-se em âmbitos institucionais diferentes, inclusive com uma cobertura de países não coincidentes, e com propósitos gerais não necessariamente concordantes. Para os propósitos do presente estudo considerou-se, inclusive, como mecanismo de cooperação um conjunto de reuniões não periódicas com participação livre dos organismos convidados, mas em cujo desenvolvimento e evolução podemos encontrar em embrião formas de cooperação mais institucionalizadas e orgânicas.

Deixa-se também de lado a circunstância de que algum destes mecanismos operou, em forma esporádica, por mais de uma década; no entanto, outros a duras penas chegaram a completar três anos de funcionamento. Este elemento não é relevante para nosso enfoque uma vez que a intenção do presente capítulo não é avaliar pormenorizadamente cada esquema nem determinar em que medida cumpriram com os objetivos e atividades acordadas pelos organismos participantes. Concretamente nos interessa identificar as principais linhas de cooperação entre organismos de comercialização existentes na região com o propósito de apreciar adequadamente a viabilidade real e a conveniência de elaborar e desenvolver um programa no âmbito da ALADI. Esta análise, obviamente, deverá completar-se com o resultado do diagnóstico da situação atual dos organismos que se apresenta no capítulo 4.

No âmbito da América Latina existiram dois esquemas de cooperação entre empresas de comercialização; atualmente existe um -também em nível regional- e em nível dos países do terceiro mundo está sendo propiciada a criação de um mecanismo de cooperação entre empresas estatais de comércio exterior dentro do qual também estão consideradas as empresas estatais comercializadoras de produtos agropecuários.

### 2.1 Esquemas de cooperação não vigentes

Aqui classificaremos dois esquemas que com propósitos iniciais diferentes em sua convocação têm desenvolvido na prática atividades coincidentes nos diferentes períodos e no interior dos organismos que os propiciaram. Se não levarmos em consideração os assuntos derivados das diferenças institucionais, poderemos identificar certa continuidade de ações nos trabalhos realizados em ambos os mecanismos.

- Reunião de Organismos Nacionais de Comercialização de Produtos Agropecuários no âmbito da ALALC (1967-1978); e
- Comitê de ação dos Organismos Empresariais de Comércio Exterior de caráter governamental da América Latina, OECEG (1980-1983).

//

Pode afirmar-se que o propósito genérico de ambos os mecanismos foi promover a nacionalização de abastecimento regional dos produtos matéria de comercialização pelos organismos participantes.

No primeiro caso o esquema se orientava para o incremento do intercâmbio intrazonal de produtos agropecuários, objetivo que correspondia a uma das principais preocupações da ALALC. Esse organismo apoiou e exerceu a secretaria dessa reunião, que se realizou em seis oportunidades entre 1967 e 1978, com a participação de 22 dos 70 organismos identificados no estudo de 1973 com algum tipo de responsabilidade no comércio exterior de produtos agropecuários (1).

O segundo mecanismo, OECEG, foi o resultado direto de um conjunto de estudos realizados sob o patrocínio da UNCTAD (2) com a finalidade de gerar formas de "autosuficiência coletiva" a fim de impulsar o esforço produtivo dos países em desenvolvimento e incrementar o poder de negociação dentro do comércio internacional de alimentos. Esta iniciativa foi acolhida regionalmente pelo SELA, que propiciou a criação de um Comitê de Ação criado formalmente em maio de 1981 e em junho de 1983 deu por finalizadas suas funções transferindo para outro Comitê de Ação (o de Segurança Alimentar Regional CASAR) parte de seus projetos e iniciativas.

Foram feitas avaliações detalhadas de ambos os mecanismos (3) o que torna desnecessário entrar em maiores detalhes sobre as atividades realizadas durante sua vigência.

As reuniões convocadas no âmbito da ALALC contribuíram sem dúvida alguma para fortalecer as relações entre os organismos participantes e elaborar o diagnóstico dos mecanismos de comercialização de produtos agropecuários dos países da Associação. Em uma etapa posterior foram esboçados alguns programas de cooperação e assistência técnica com diversos resultados. Por vários motivos, entre outros o problema global de caráter político em torno da própria ALALC, "os trabalhos da reunião foram superficiais, não compromissórios e irregulares no tempo. Das conclusões e deliberações poucas tiveram real transcendência. Em sua última etapa (1976-1977) apresentaram-se três programas funcionalmente articulados, dos quais ainda vigoram dois deles: informação de mercado e normas de qualidade" (4).

Não obstante o exposto, as reuniões convocadas pela ALALC foram decisivas para identificar os principais obstáculos ao comércio inter-regional de produtos agropecuários. Esta etapa é muito importante, pois como se verá a seguir com base nos resultados desse diagnóstico, outros mecanismos elaboraram as atividades mais importantes em matéria de cooperação entre organismos.

- 
- (1) Secretaria da ALALC: Os Organismos Estatais e Paraestatais de Comercialização Agropecuária nos países da ALALC. Junho 1973.
  - (2) Ver por exemplo "Cooperação entre Organismos Estatais de Comércio Exterior na América Latina". Setembro 1978.
  - (3) Ver Organismos Nacionais de Comercialização de Produtos Agropecuários - Avaliação da reunião 1967-1977. Documento de trabalho. ALADI, setembro 1982. Relatório do consultor Arnaldo Chibbaro. SELA. Agosto, 1982.
  - (4) Secretaria ALADI, op. cit. página 6.

//

//

Revisando os documentos da reunião da ALALC encontramos identificadas as seguintes limitações à expansão do comércio de produtos agropecuários:

- preços não competitivos com os do mercado internacional ou com ofertas alternativas extra-regionais;
- desconhecimento de normas operacionais de comercialização utilizadas pelos organismos nacionais (contratos, bases de concorrências, concursos, etc.);
- desconhecimento da situação de excedentes e faltantes nos países da região;
- inexistência de mecanismos de financiamento de caráter concessivo, em particular para a compra de produtos agropecuários provenientes da região;
- falta de apoio político ou de diretrizes expressas que facilitem as negociações com outros países da região;
- normas rígidas em matéria de transporte (exigências recíprocas de utilização de bandeira nacional) e desconhecimento do mercado de fretes;
- inexistência de um mecanismo de arbitragem comercial de caráter regional;
- desconhecimento, por parte dos operadores, das normas que regulam o funcionamento das bolsas de produtos básicos;
- estruturas produtivas similares com excedentes dos mesmos produtos ou com excedentes ocasionais; e
- existência de políticas nacionais de subsídio ao consumo ou à produção que limitam o comércio intra-regional.

Esta relação que não pretende ser exaustiva mas sim indicativa das análises e deliberações realizadas no período 1967-1978 serviu posteriormente para que no âmbito do SELA fosse identificado um conjunto de linhas de cooperação e assistência técnica no Comitê dos OECEG. Certamente, na constituição do Comitê aproveitou-se os laços de contato desenvolvidos pelos organismos durante a vigência da reunião da ALALC.

Por sua vez, o Comitê de Ação dos OECEG é também o resultado de resoluções e mandatos do Grupo dos 77 acordados na reunião do México de 1977 e ratificados posteriormente na reunião de Arusha. Sua necessidade surge como uma das conclusões do balanço realizado sobre as negociações Norte-Sul. Recomendou-se incentivar as relações Sul-Sul, que entre outras dava especial ênfase na cooperação horizontal. Entre as linhas de ação selecionadas para esse fim figuraram a cooperação entre empresas estatais, criação de empresas multinacionais e apoio a um sistema de preferência generalizada entre os países em desenvolvimento. Estes projetos ou linhas de ação comunicaram-se formalmente à UNCTAD para que esta entidade realizasse os trabalhos necessários que permitissem alcançar sua implementação.

Depois de uma série de reuniões preparatórias que contaram com o patrocínio conjunto da UNCTAD e do SELA, o Comitê de Ação dos OECEG ficou formalmente constituído em março de 1981. Foi subscrita a ata constitui

gml

//

va pelos representantes de ALIMPORT e CUBAFRUTAS de Cuba, CONASUPO do México, IMA do Panamá, ENCIA do Peru e CORPOMERCADEO da Venezuela. Participaram da reunião mas não aderiram ao Comitê a Junta Nacional de Grãos da Argentina e COBEC do Brasil. Posteriormente, em maio de 1981, o ENIA da Nicarágua incorporou-se ao Comitê.

Revisando a documentação preparada durante a vigência desse Comitê, aprecia-se como ponto de partida um diagnóstico sobre as restrições ao comércio inter-regional que coincide em grande medida com o elaborado nas reuniões da ALALC. Não é de surpreender que esse Comitê durante sua curta duração identificasse os seguintes projetos de cooperação:

- sistema de informação comercial;
- sistema de cooperação técnica horizontal;
- financiamento do comércio exterior de alimentos;
- compras conjuntas;
- inventário atualizado de OECEG da região;
- sistema de empréstimo de produtos e reserva estratégica alimentar;
- transporte coordenado de produtos alimentícios;
- coordenação e cooperação permanente; e
- unificação de normas técnicas sobre qualidade (1).

Em termos gerais, progrediu-se relativamente pouco no desenvolvimento dos projetos e atividades acima enumeradas durante a vigência do Comitê do OECEG. Assim, uma linha de trabalho tão importante e necessária para o próprio desenvolvimento de suas funções, como é a atualização do inventário de organismos empresariais que participam do comércio exterior de alimentos, não se chegou a finalizar e é um trabalho que permanece pendente, apesar do esforço realizado durante a elaboração do presente relatório. O consultor opina que algum organismo de cooperação regional deveria apoiar a realização deste diagnóstico atualizado, uma vez que como veremos mais adiante, embora devido a circunstâncias políticas em alguns países da região, os organismos de comercialização perderam importância relativa ao interior das entidades governamentais, existem razões bastantes sólidas para considerar esta situação como algo transitório.

Mais ainda, dentro da importância que estão adquirindo formas "não tradicionais" de comércio de produtos agropecuários tais como a troca, o comércio compensado, comércio administrado, contracomércio, etc., os organismos estatais de comercialização de produtos agropecuários pareceriam encaminhados a desempenhar um papel muito importante no futuro imediato.

---

(1) Esta relação foi colhida do relatório do consultor. A. Chibbaro, op. cit. pág. 43-47.



//

Por outro lado, devemos reconhecer que a relação de projetos identificada durante a vigência do Comitê de Ação do OECEG incorpora aqueles formulados sob o esquema da ALALC e acrescenta os sugeridos nos estudos realizados pela UNCTAD (1).

## 2.2 Esquemas de cooperação em vigor

Em nível regional existe um mecanismo de cooperação entre empresas comercializadoras de alimentos, que realizou sua primeira reunião recentemente. Em nível dos países do terceiro mundo existe em processo de consolidação, um esquema de cooperação que agrupa empresas estatais de comércio exterior. Desta forma, temos:

- reunião de gerentes de empresas públicas que comercializam alimentos básicos na América Latina e no Caribe, no âmbito do CASAR; e
- Associação internacional de organizações comerciais estatais, ASTRO.

### 2.2.1 Esquema iniciado no âmbito do CASAR

Como foi indicado anteriormente ao concluir as atividades do Comitê de Ação dos OECEG se transferiu ao CASAR os projetos que em sua maioria estavam em nível de perfis e sem identificação de fonte de financiamento.

O CASAR em um âmbito conceitual mais amplo, incorporou a seu programa de atividades as iniciativas desenvolvidas no Comitê recentemente dissolvido, baseado principalmente na elevada prioridade da expansão do comércio inter-regional de alimentos. Adicionalmente, em nível conceitual podemos encontrar uma íntima relação entre a segurança alimentar (em sua acepção mais ampla e moderna) e o comércio intra-regional de alimentos (2).

Nesse sentido no âmbito do CASAR foi convocada a primeira reunião de gerentes de empresas públicas que comercializam alimentos básicos na América Latina e no Caribe, reunião que contou com o patrocínio da ALADI e realizou-se em Buenos Aires de 24 a 27 de abril de 1984 (3).

- 
- (1) F. Sánchez, "Cooperação entre Organismos de Comércio Exterior de caráter governamental". UNCTAD/PNUD, Mimeo. 1978.
  - (2) Ver "Programa de atividades no primeiro biênio", CASAR, maio 1983. "A Segurança alimentar mundial - Formas de abordá-la". FAO, Roma, 1983. A. Schejtman: "Delineamentos para a análise do problema alimentar". FAO/CEPAL, fevereiro 1983. "Elementos para a formulação de uma estratégia de segurança alimentar regional". SELA, Caracas, novembro 1982 e "Orientações para a formação dos sistemas nacionais de segurança alimentar e do sistema andino". JUNAC, maio 1984.
  - (3) Ver relatório do Consultor sobre a reunião, maio 1984.

//

//

Obviamente resulta prematuro fazer uma avaliação das perspectivas deste esquema de cooperação depois de sua primeira reunião. Não obstante, a opinião pessoal do Consultor é que se produziu uma transferência quase mecânica de certas atividades de um Comitê de Ação para outro (integrado por um conjunto de países e portanto, de organismos de comercialização diferentes do anterior), sem antes tentar buscar as causas que limitaram a obtenção de resultados concretos de pois de mais de três anos de funcionamento do Comitê.

A reunião tratou os seguintes temas:

- mecanismos de informação sobre excedentes e faltantes com participação da Secretaria do CASAR;
- falou-se de um programa de assistência técnica e de cooperação horizontal, entre as empresas, sem precisar orientação e conteúdo;
- proposta de um sistema de comunicação em circuito fechado que vincularia as empresas interessadas;
- estudo de um porto de trânsito de alimentos para a América Central e para o Caribe; e
- identificação de fontes de financiamento para operações de comércio de alimentos.

Mais importante ainda, definiu-se que a reunião teria caráter anual e em seu funcionamento evoluiria progressivamente para a criação de uma Bolsa Latino-Americana de Alimentos, embora não tenha sido indicado como, nem em que prazos se evoluiria para esse estágio.

Em termos gerais, o tratamento dos temas indicados foi eminentemente enunciativo e de caráter preliminar.

A discussão não foi acompanhada de documentos que demonstrassem a factibilidade e conveniência dos projetos, nem que estes efetivamente correspondessem às necessidades das empresas convocadas. Fundamentalmente, em nenhum caso pôde ser identificada a fonte de financiamento para o desenvolvimento das atividades identificadas.

Em síntese, a reunião convocada pelo CASAR não parece ter resolvido os problemas estruturais que limitaram os resultados de esquemas anteriores e que serão tratados pormenorizadamente mais adiante neste relatório.

### 2.2.2 ASTRO

O nome deste esquema corresponde à abreviatura da denominação inglesa do projeto "ASSOCIATION OF STATE TRADING ORGANIZATIONS". Como seu nome indica, ASTRO é uma instituição de coparticipação e cooperação estabelecida para as organizações comerciais estatais dos países em desenvolvimento.

//

//

ASTRO é também um subproduto das reuniões do Grupo dos 77 e do Movimento de países não alinhados. Desta forma, em março de 1982 foi convocado na Iugoslávia o primeiro simpósio internacional de Organizações Estatais Comerciais dos países em desenvolvimento. Participaram da reunião mais de cem organismos, que além de trocar idéias e experiências reconheceram a necessidade de uma cooperação constante mediante a criação de uma instituição para promover o comércio mútuo.

A Secretaria provisória de ASTRO está a cargo do Centro Internacional de Empresas Públicas em países em desenvolvimento na Iugoslávia. A Sede provisória de ASTRO está em Genebra.

A fundamentação da necessidade de ASTRO provém da existência de 500 organizações comerciais de caráter estatal que representam em conjunto uma força potencial cuja importância para acelerar o desenvolvimento de suas economias poderia ser enorme com a condição de que desempenhem um papel mais ativo e assumam uma responsabilidade maior em matéria de promoção do comércio.

No programa de trabalhos aprovado pelo Comitê Diretor em abril de 1983 encontramos os seguintes programas:

- banco de dados sobre informação comercial;
- cooperação horizontal e aperfeiçoamento profissional; e
- reuniões especializadas de peritos (1).

Em resumo, a idéia central da cooperação comercial entre os países em desenvolvimento surgiu da necessidade comum de superar a falta de liquidez externa e de estimular e revitalizar o comércio de produtos básicos com os países desenvolvidos e entre si. O objetivo em torno de ASTRO é cooperar para vender o máximo possível nas melhores condições possíveis a fim de comprar mais, utilizando todos os tipos viáveis de comércio dos mais elementares, como a troca até as intrincadas transações de compensação. Tudo isso supõe um profundo conhecimento mútuo e avaliações realistas do mercado mundial, o estabelecimento de contatos pessoais e correntes eficazes de informação, de assistência mútua para a capacitação de pessoal, melhorias de organização e inovações nos métodos operacionais. Além de reduzir os custos de comercialização que permitiriam melhorar os resultados financeiros e comerciais existiriam outros benefícios para a população em geral.

Entendemos que até o momento ASTRO não convocou a primeira assembléia de membros e os trabalhos que se estão realizando com o apoio da UNCTAD e do CCI estão concentrados na captação de sócios e fontes de financiamento para os trabalhos de caráter pré-operacional. A empresa COBEC do Brasil assumiu originariamente a coordenação entre as empresas comercializadoras latino-americanas.

---

(1) Retirado do documento UNCTAD/ECDC/155.

### 2.3 Apreciação geral sobre os diferentes esquemas de cooperação

Quais os fatores que gravitaram nos limitados progressos obtidos através dos mecanismos propiciados primeiro pela ALALC e depois pelo SELA? (1) Existe em primeiro lugar um conjunto de argumentos derivados da própria natureza dos organismos de comercialização de produtos agropecuários. Em segundo lugar, existem argumentos que têm mais relação com a maneira como foram esboçados os mecanismos; da maneira que operaram na prática e com a percepção de que tínhamos próprios participantes sobre as prioridades em matéria de cooperação.

Analisemos em primeiro lugar as relacionadas com a caracterização dos organismos envolvidos. A primeira generalização aplicável a todos os mecanismos analisados é a diversidade de formas organizativas (empresas, institutos, Ministérios, Juntas, Corporações, etc.) sob as quais são executadas as funções de comercialização de produtos agropecuários na região. Efectivamente, as diferenças tanto no âmbito legal como em sua configuração comercial ou operacional, ou no espectro de atividades, etc., são tão grandes que as diferenças são mais frequentes que as similitudes.

Para começar, poucas são as empresas (organismos, institutos, etc.) que têm a mesma relação de produtos cuja comercialização está a seu cargo. Por outro lado, a eventual coincidência (que em termos de intercâmbio é mais um problema que uma vantagem) de produtos tampouco parece resolver o problema, uma vez que provavelmente em alguns casos se refere à importação e em outros à exportação (atividades diferentes quanto a interesses e ao equipamento humana que necessitam). É mais frequente que, embora um organismo atue como monopólio (CONASUPO no México, por exemplo), outros trabalhem em competência aberta com o setor privado nos mesmos produtos (caso ENCI no Peru) enquanto em outros existe competência entre o próprio setor público (INTERBRAS e COBEC no Brasil).

O exposto anteriormente pode complicar-se mais ainda quando fazemos o corte no tipo de função que cumprem dentro do comércio exterior de produtos agropecuários. Assim, encontramos organismos de caráter empresarial com atividades eminentemente operacionais (executam operações de comércio), outros cumprem funções de caráter normativo (fixando quotas de importação ou estabelecendo preços de refúgio para os produtores nacionais). Existe também o caso de organismos (seja qual for sua denominação) que desempenham funções tanto operacionais como normativas ou, como veremos mais adiante, trocaram funções no tempo de acordo com a orientação política do Governo do momento.

Este elemento parece ter tido especial importância nos limitados progressos da reunião convocada pela ALALC. Inclusive nos atriaveríamos a dizer, que está presente na convocação recente do CASAR o que poderia originar situações do mesmo tipo. Se analisamos as atas das reuniões no âmbito da ALALC, encontraremos uma diversidade de institutos, juntas, Ministérios, corporações, empresas. Mais grave ainda, encontraremos que determi

(1) Aqui nos referimos principalmente a estes dois mecanismos que formalmente concluíram e em menor medida ao do CASAR e ASTRO. Não obstante, algumas apreciações são também válidas para estes mecanismos.

//

nados países estiveram representados no transcurso das seis convocações da reunião por uma gama bastante ampla de organismos nacionais, o que limitou seriamente qualquer tentativa de continuidade nas negociações e programas.

Pareceria que o primeiro esquema no âmbito do SELA corrige de certo modo a amplitude da convocação ao reforçar o caráter "empresarial" da reunião; no entanto, revisando os antecedentes do Comitê dos OECEG aprecia-se que nas três reuniões preparativas os participantes pelos países não foram precisamente empresas, o que de antemão era impossível uma vez que um estudo prévio de UNCTAD tinha identificado empresas estatais de comércio somente em Cuba, Jamaica e no Brasil (e somente sob determinadas premissas no Peru). Nesta segunda convocação dá-se especial ênfase na natureza empresarial das operações de comércio exterior que realizam (como atividade de permanente e principal, não para suprir déficits conjunturais de algum produto).

Ao chegar a este ponto podemos avançar para um primeira conclusão a partir das experiências da ALALC e do SELA. A comunidade de interesses entre os organismos de comercialização de produtos agropecuários não deve apresentar-se como um ponto de partida mas, pelo contrário, deve ser demonstrada em cada caso mediante a análise do perfil dos organismos participantes em cada esquema.

De outra maneira, nem todos os que compram (no exterior) têm interesses similares, nem todos os que vendem (para o exterior) estão interessados em compartilhar livremente de suas experiências nem comerciar conjuntamente.

É útil aqui analisar a relação de organismos de comercialização que participaram dos esquemas de cooperação comentados anteriormente e encontrar que, com algumas exceções (especialmente o caso de México), as instituições encarregadas da comercialização de produtos agropecuários apresentam grande instabilidade institucional (o que ao mesmo tempo determina instabilidade diretora ou de chefia). Analisando as experiências nacionais nesta matéria, são inumeráveis os casos de criação, fusão, desativação ou mudança de giro entre os organismos de comercialização, que acarretaram modificações substantivas da estrutura orgânica que na maioria dos casos esteve também acompanhada de elevada rotação nos quadros de diretores.

Assim, ao longo da última década, no caso peruano (que trataremos com maior detalhe no próximo capítulo), que não parece ser atípico entre os países da ALADI, a comercialização de produtos agropecuários passou sucessivamente de EPSA para a EPCHAP e depois para a ENCI. Além disso, ao longo do mesmo período passou-se de uma situação de monopólio total de exportação e importação de produtos básicos (chegando a controlar 83 por cento das exportações totais e 20 por cento das importações totais em 1977) à virtual eliminação de todo monopólio a partir de 1980.

É evidente que a instabilidade orgânica e funcional destes organismos limitou severamente as possibilidades de um desenvolvimento organizacional equilibrado e restringiu a possibilidade de estabelecer canais de cooperação orientados para melhorar procedimentos e normas operacionais.

//

mas

//

Segunda conclusão, um esquema baseado no suposto de cooperação entre organismos instáveis tem grandes possibilidades de transformar-se em estático e ineficiente devido às contínuas mudanças na estrutura orgânica de seus componentes que geralmente encerram também modificações periódicas dos quadros diretivos.

A terceira causa dos limitados progressos realizados pelos diferentes mecanismos de cooperação entre organismos de comercialização de produtos agropecuários, e também relacionada com a própria natureza desses organismos, é a falta de correspondência entre alguns objetivos do mecanismo e os meios ao alcance dos participantes. Ou seja, embora exista uma ampla área de coordenação e assistência ao alcance e de grande interesse para os responsáveis pelos organismos (e nesta linha podemos identificar uma longa lista de atividades), não está entre suas atribuições, e muitas vezes está em aberta oposição a seu objetivo de estabilidade, tomar decisões orientadas a fortalecer o comércio intra-regional. Em outras palavras, da relação de aspectos que limitam o comércio intrazonal de produtos agropecuários existem alguns com relação aos quais os organismos de comercialização podem fazer algo diretamente através da cooperação. Não obstante, existem outros assuntos que dependem de órgãos normativos, do próprio Governo central (geralmente do próprio gabinete ministerial).

Nesta linha de pensamento, todo projeto que sob o critério de tratar de expandir o comércio demanda dos organismos de comercialização definições em temas que não somente não são de sua competência mas que também se encontram claramente estabelecidos em certos níveis de Governo (Ministérios de Comércio, Ministérios de Agricultura, Institutos de Comércio Exterior, etc), fazem com que seus representantes celebrem acordos com os demais organismos de comercialização que participam do mecanismo - quase sabendo que não poderão cumprir-se.

Para esclarecer ainda mais a idéia nos referiremos aos problemas de rivados da proteção da bandeira nacional no caso do transporte dos alimentos. Como recordaremos, nos três mecanismos analisados acordaram-se projetos ou programas de "transporte coordenado de alimentos" apesar de que em nível dos gerentes (Diretores-Gerais ou Presidentes) desses organismos é pouco o que realmente se pode fazer sobre a matéria.

Aqui chegamos a uma terceira conclusão: os organismos de comercialização, públicos e privados, constituem um veículo adequado para o tratamento de certos problemas que afetam o comércio recíproco, mas ao mesmo tempo é necessário reconhecer que não têm competência nem capacidade sobre outros que devem ser discutidos e negociados em nível de outros organismos públicos e privados. Na medida em que os mecanismos de cooperação elaborem projetos e programas que verdadeiramente respondam à área de influência e interesse dos organismos participantes, as possibilidades de cumprir as metas traçadas serão maiores.

Aos motivos já enumerados deveríamos acrescentar outros diretamente relacionados com a forma em que foram esboçados os mecanismos e como foram executados os programas. Como não se trata de uma avaliação de eficácia

//

//

cia institucional, nos limitaremos a apresentar alguns elementos que a critério do consultor são comuns aos esquemas analisados. Assim, temos:

- recursos financeiros limitados frente a programas de atividades demasiado ambiciosos;
- identificação de programas que não correspondia a aspectos de real interesse dos organismos; e
- pessoal a cargo das atividades de cooperação com limitado conhecimento e experiência em comercialização de produtos básicos.

A causa mais notória, e que além disso afeta os esquemas vigentes (CASAR e ASTRO), é a limitação de recursos financeiros. No caso dos QECTG, depois de ter-se esgotado o apoio inicial da UNCTAD e os recursos (certamente bastante limitados) fornecidos pelo SELA, o mecanismo ficou dependendo dos recursos que forneciam os próprios organismos de comercialização. Existiu também certo otimismo no diagnóstico pois foi levado em consideração a grande capacidade financeira destes organismos e descontou-se que estariam interessados -e que obteriam as autorizações respectivas- em fornecer recursos que representavam uma muito pequena proporção de seus ingressos regulares e dedicá-los a atividades de cooperação. Na prática, o mecanismo não conseguiu mostrar resultados concretos e com o limitado apoio de seis organismos não se pôde financiar o programa de atividades. (1)

Por outro lado, como já se mencionou anteriormente, os mecanismos em bora se apoiem em um diagnóstico correto sobre as causas que limitavam o comércio de produtos básicos cometeram o erro de tentar iniciar, simultaneamente, muitas atividades sem antes ter fortalecido o mecanismo nem ter assegurados os recursos financeiros.

Os organismos de comercialização reagiram com certa passividade frente aos programas acordados ao constatar que o pessoal técnico a seu cargo tinha pouco conhecimento e preparação em questões referentes ao comércio exterior. Em outras palavras, os próprios mecanismos careciam de competência técnica para manter ativo o entusiasmo dos organismos participantes.

Para finalizar esta apreciação geral dos mecanismos, faremos alguns comentários sobre a orientação de seus programas e projetos. Um elemento importante é a coincidência de projetos e iniciativas ao longo dos quase vinte anos analisados.

Nos quatro esquemas foram apresentados em algum momento os seguintes projetos:

- diagnóstico dos organismos de comercialização (normas e procedimentos);
- sistema de informação comercial;

---

(1) Ver relatório do Comitê de Ação à Secretaria Permanente do SELA indicando as dificuldades para financiar US\$ 11.500 entre os organismos participantes.

//

- harmonização de normas de qualidade; e
- cooperação horizontal através de assessoria e treinamento.

Evidentemente, os quatro respondem a linhas de cooperação onde existe interesse mútuo. Em primeiro lugar, qualquer esquema de racionalização do comércio de produtos agropecuários (motivado por um desejo de incrementar o comércio intrazonal como objetivo de algum esquema de integração ou como apoio do objeto de segurança alimentar regional ou como fortalecimento da capacidade negociadora dos países do terceiro mundo), passa por um conhecimento de quais são os organismos e quais suas normas e procedimentos operacionais. Este objetivo se vê reforçado pelo fato de que os esquemas de comercialização foram e são modificados periodicamente na região (como demonstra a experiência da última década) e, portanto, os diagnósticos foram se tornando periodicamente em obsoletos.

Em segundo lugar, todos os organismos experimentaram notórias melhorias em seus sistemas de informação comercial e conhecem perfeitamente que sua eficiência como compradores ou vendedores depende em grande medida da informação com que contam para analisar o mercado internacional desse produto em particular.

Diante deste problema, a solução em nível sub-regional, regional ou global, quase sempre originou a criação de sistemas parciais com duplicação de objetivos e por conseguinte de recursos que finalmente não logram satisfazer a expectativa dos organismos e dos Governos participantes (1).

Por último, os programas de harmonização de normas técnicas de qualidade têm como base a experiência desenvolvida por estes organismos que refletem que entre os principais obstáculos ao comércio intra-regional está a vigência de normas de qualidade que sem fundamento demonstrável favorecem indevidamente produtores de fora da região.

Voltaremos sobre este tema ao considerar os projetos incluídos no Programa de Cooperação entre Organismos Públicos e Privados de comercialização de produtos agropecuários, que será elaborado no âmbito da ALADI.

---

(1) Ver p.e.: Consulta regional sobre o estabelecimento de uma Rede Regional de Informação Alimentar. Relatório final. CASAR, Buenos Aires, Novembro de 1983.

//



//

### 3. TENDÊNCIAS GERAIS DO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOS PAÍSES DA ALADI: 1978-1982 (1)

O âmbito de fundo no qual opera o comércio de produtos agropecuários dos países da ALADI no período 1978-1982 está caracterizado pelo início (a partir de 1979) de uma prolongada estagnação nos países industrializados, que implicará por sua vez uma contração do comércio mundial com efeitos prejudiciais para os países periféricos. No entanto, e como se verá mais adiante, a América Latina vai responder vigorosamente em um primeiro momento a estes desafios, embora os efeitos se farão sentir em 1982 (2) em quase todos os países da América Latina e em quase todas as variáveis econômicas (crescimento, exportações, importações, etc.).

Para o caso específico das exportações agropecuárias dos países da ALADI (ver quadros nos. 1, 2 e 3) notamos que no período 1978-1980, apesar de visuar-se um panorama recessivo nos países do Centro, as exportações cresceram notoriamente em 45 por cento, tendo como característica principal que quase 90 por cento das exportações em ambos os anos se dirige a mercados do resto do mundo (Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia, principalmente). No período 1980-1982 a situação se reverte, uma vez que as exportações diminuem em 13 por cento (com relação a 1980) com uma forte queda em termos absolutos das exportações destinadas ao resto do mundo. Mesmo assim, em 1982 notamos que em termos percentuais a importância dos mercados do resto do mundo para as exportações agropecuárias da ALADI se mantém apesar dos desajustes ocorridos no comércio mundial. Outra característica importante das exportações agro-alimentares da ALADI é que para o período em estudo existe uma forte concentração das exportações agropecuárias em 4 países: Argentina, Brasil, México e Uruguai que constituem aproximadamente 90 por cento do total dos países da ALADI.

O comércio de produtos agropecuários entre os países da ALADI no período 1978-1980 teve um crescimento espectacular uma vez que as exportações da ALADI para seus próprios mercados foi de 57 por cento. No período 1980-1982 o comércio entre os países da ALADI teve uma leve contração já que as exportações para o mesmo mercado diminuíram em 7 por cento enquanto as exportações para o resto do mundo nesse período em 13 por cento.

As importações de produtos agropecuários dos países da ALADI (ver quadros nos. 4, 5 e 6) no período 1978-1980 tiveram um crescimento espectacular de 152 por cento (3), notando-se que a maior parte dessas importações proveio do resto do mundo. Trata-se de um período onde se bem a recessão nos países industrializados adquiria cada vez mais força, na América Latina ainda não se aplicavam políticas para ajustar o setor externo de suas economias (por exemplo: desvalorizações, controle de importações, etc.) dada a existência de termos

- (1) A estatística da ALADI, que nos servirá como base para a análise, abrange os capítulos 1 a 23 da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB). A elaboração dos quadros é do consultor.
- (2) Nos países industrializados a atividade econômica estagnou-se em 0.1 por cento. O PBI da América Latina diminuiu quase 1 por cento, fenômeno que não tinha acontecido jamais nas quatro décadas anteriores.
- (3) É necessário lembrar que desde 1975, a América Latina expandiu em um ritmo muito intenso suas importações totais de bens.

mas

//

//

de intercâmbio negativos, taxas de juros reais elevadas e diminuição dos fluxos de capital para a sub-região. Não surpreende, por tanto, que em 1980 o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos da América Latina crescesse em 30 por cento com relação ao ano de 1979 (1) e que o balanço de pagamentos sofresse uma brusca mudança importante passando de um superavit de 7,1 bilhões de dólares em 1979 a um déficit de 2.55 bilhões de dólares em 1980.

No período 1980-1982 as importações de produtos agropecuários da ALADI caíram de 9,6 para 5,54 bilhões de dólares, constituindo uma queda abrupta do ordem de 42 por cento nos valores importados. Esta queda explica-se fundamentalmente pela contração dos mercados da ALADI para a importação do resto do mundo. Esta contração dos mercados da ALADI e em geral da América Latina, não somente ocorreu para os produtos agropecuários senão em geral para todos os bens, revertendo a tendência existente desde 1975. Assim, temos que em 1982 a América Latina sofre a pior crise econômica desde o período do pós guerra, onde países como o México, Argentina, Chile e Bolívia desvalorizam fortemente suas moedas com o consequente efeito na redução dos volumes importados.

No período 1978-1982 observa-se também que 4 países (Brasil, México, Venezuela e Chile) concentram mais de 75 por cento de importações de produtos agropecuários da ALADI.

Ao descobrir que os países da ALADI sofrem uma grande dependência dos mercados do resto do mundo, tanto em suas exportações como importações de produtos agropecuários, podemos tratar de esboçar estratégias que permitam reorientar grande parte dos excedentes que vão para os mercados do resto do mundo para os mercados da própria ALADI, cujas importações são muito dependentes também daqueles mercados. Tomando como exemplo o ano de 1980 (ver quadros nos. 2 e 5) notamos que os excedentes da ALADI para o resto de mundo foram da ordem de 10,7 bilhões de dólares, enquanto que as importações provenientes desses mercados foram de 9,6 bilhões de dólares. Estas cifras abrem a possibilidade de esboçar políticas que procurem o auto-abastecimento em nível da ALADI. Nesse sentido uma análise em nível de produtos torna-se imprescindível para esses objetivos.

### 3.1 Excedentes e faltantes em nível da ALADI

3.1.1 Generalidades. A identificação dos principais excedentes e faltantes de produtos agropecuários em nível dos países da ALADI se efetuará tomando como ponto de partida um estudo realizado pelo SELA (2) sobre a situação alimentar na América Latina. Um dos aspectos mais importantes desse estudo é o seguinte:

- 1) Ver "A Economia da América Latina em 1980" Encontro (com base no estudo preliminar da CEPAL). No. 12.1981.
- 2) SELA "A situação alimentar da América Latina", Estudo preliminar. Agosto de 1982.

//

Quadro no. 7BRECHA COMERCIALMédia 1977-1978

	Importações da ALADI provenientes do resto do mundo (milhares de dólares)	Exportações da ALADI para o resto do mundo (milhares de dólares)	% de Importações que cobre as exportações
Cereais	1.597.386	1.003.084	62.8
Soja	109.753	842.897	100.0
Legumes	56.250	130.453	100.0
Óleos	32.014	144.255	100.0
Lácteos	121.369	9.080	7.5

Fonte: SELA, OP. Cir. Pág. 44.

No quadro anterior foram escolhidos 5 produtos que, além de sua importância no balanço comercial agro-alimentar e de sua sensibilidade política, apresentam a possibilidade de complementar seu abastecimento em nível somente da ALADI, prescindindo do resto do mundo. Assim, observamos que, excetuando somente os lácteos, os demais produtos podem cobrir em sua maioria seu abastecimento com produção da própria ALADI. Os produtos mais destacados neste sentido são a Soja (semente), Óleos e Legumes. Isto, ao mesmo tempo, levaria a pôr em prática um dos mecanismos principais para lograr a Segurança Alimentar, que é a ampliação das exportações e importações dos produtos agro-alimentares em nível da ALADI.

Perante esta evidência, analisar-se-á para os anos 1980 e 1982 a dinâmica destes 5 produtos em nível dos países da ALADI. A estatística que nos servirá como base para a análise vai respeitar os capítulos da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB) tal como se apresenta na estatística oficial da ALADI. De forma que a classificação seria a seguinte:

- Capítulo 004: leite e produtos lácteos, ovos de ave, mel natural, que para nosso estudo se denominará genericamente lácteos;
- Capítulo 007: hortaliças, legumes, plantas e tubérculos alimentícios, que para nosso estudo se denominará genericamente legumes;
- Capítulo 010: cereais, que para nosso estudo se denominará genericamente cereais;

- Capítulo 012: sementes e frutos oleaginosos, que para nosso estudo também se denominará sementes e frutos oleaginosos; e

- Capítulo 015: gorduras e óleos (animais e vegetais), que para nosso estudo se denominará óleos e gorduras.

3.1.2 Lácteos. As exportações totais de lácteos dos países da ALADI (ver quadros nos. 8 e 9) foram de 19 e 46 milhões de dólares nos anos 1980 e 1982, respectivamente. Embora observando um crescimento notório das exportações se as comparamos com as importações desses anos (ver quadros nos. 10 e 11) a balança comercial resulta amplamente desfavorável para os países da ALADI. Os únicos países que exportam quantidades significativas, e que por conseguinte concentram a maior parte das exportações, são a Argentina e o Uruguai, países com um desenvolvimento tecnológico pecuário muito avançado. Outro aspecto importante que devemos salientar no destino das exportações entre os anos 1980 e 1982 é a maior participação dos mercados do resto do mundo, embora as quantidades absolutas, por não serem significativas, não dêem lugar a uma maior análise.

As importações totais de lácteos dos países da ALADI (ver quadros nos. 10 e 11) foram de 618 e 516 milhões de dólares nos anos 1980 e 1982. Embora tenha havido uma diminuição absoluta nos fluxos importados, o mais importante é que continua existindo uma dependência quase total da ordem de 98 por cento das importações de lácteos provenientes do resto do mundo (Comunidade Econômica Européia), que desafia as metas de Segurança Alimentar que poderiam ser tratadas em nível dos países da ALADI.

São quatro os países em nível da ALADI que concentram mais de 75 por cento do valor importado: Venezuela, México, Brasil e Peru.

Sendo o objetivo principal deste capítulo buscar a complementariedade dos mercados em nível dos países da ALADI no abastecimento de lácteos, estimou-se a percentagem de importações de lácteos provenientes do resto do mundo que podem ser cobertos com as exportações da ALADI para o resto do mundo. Tomando como ano de referência 1982, temos que somente 3.6 por cento (1) das importações da ALADI do resto do mundo pode ser coberto com os excedentes da ALADI que vão para fora de seus mercados. O item lácteos continua sendo para a ALADI o principal obstáculo para a implementação de uma estratégia de Segurança Alimentar em nível de produto. A estratégia alternativa a curto e médio prazos para os países da ALADI em lácteos poderia estar encaminhada para melhorar sua capacidade de negociação com a Comunidade Econômica Européia em matéria de preços e facilidades de financiamento às importações de lácteos.

3.1.3 Cereais. No item de cereais as exportações totais em nível da ALADI em 1980 e 1982 (ver quadros nos. 12 e 13) foram de 1,783 e 2,017 bilhões de dólares, respectivamente. A característica principal veri-

(1) Resulta da divisão Exportações da ALADI para o resto do mundo

Importações da ALADI do resto do mundo

com base nos quadros nos. 9 e 11.

11

fica-se pelo fato de que a maior parte das exportações (80 por cento e 89 por cento para os anos de 1980 e 1982) está dirigida para mercados fora da ALADI e que alternativamente poderia ser reorientada para satisfazer os mercados dos países da própria ALADI. Para esses anos, a Argentina confirma a tendência de ser o país cerealífero-exportador por excelência seguido de longe pelo Uruguai.

As importações totais de cereais da ALADI nos anos 1980 e 1982 (ver quadros nos. 14 e 15) foram de 4,054 e 2,429 bilhões de dólares, respectivamente, notando-se uma forte queda entre ambos os anos e que se explica fundamentalmente pela severa contração das economias da ALADI frente às importações de cereais do resto do mundo. O caso mais claro é o do México, que em 1982 reduziu o volume de suas importações através desvalorizações traumáticas e que para o caso específico dos cereais se observa que no período 1980-1982 suas importações do resto do mundo diminuíram de 1,1 bilhão para 290 milhões de dólares. Apesar da forte queda em termos absolutos das importações de cereais da ALADI, continua mantendo-se em termos relativos a forte dependência das importações do resto do mundo. Por outro lado, existe uma forte concentração dos fluxos importados em 4 países: Brasil, México, Venezuela e Peru, que constituem mais de 80 por cento do total importado pela ALADI.

O item de cereais é um típico caso onde se pode realizar um programa de auto-abastecimento em nível da ALADI. Para o ano de 1982 calculou-se que 81 por cento das importações da ALADI provenientes do resto do mundo puderam ser cobertas com os excedentes da própria ALADI, que saíram da sub-região. Se compararmos esta percentagem com o quadro no. 7, veremos que a "autosuficiência potencial" da ALADI em nível de cereais cresceu no período de 1977-1982. Não obstante, existem duas considerações que não devem ser passadas por alto:

1. Embora se evidencie que a "autosuficiência potencial" em nível da ALADI em matéria de cereais cresceu no período 1977-1982, esta é explicada fundamentalmente por uma contração abrupta das importações do resto do mundo que, por sua vez, deve ser entendida pelas políticas de ajuste no setor externo para o ano de 1982 na maior parte dos países da ALADI (por exemplo México); tudo isso leva a criar desequilíbrios entre oferta e demanda em nível de cada país com sérias implicações em nível nutricional da população.
2. Apesar de evidenciada a possibilidade de complementar mercados em nível da ALADI, existem enormes vantagens a "curto prazo" de importar cereais especialmente dos Estados Unidos, como foi visto com certo detalhe no capítulo anterior.

3.1.4 Óleos e gorduras. As importações de óleos e gorduras em nível da ALADI em 1980 e 1982 foram de 1,224 bilhão e 991 milhões de dólares, respectivamente. Apesar de que a maior parte das exportações (ver quadros nos. 16 e 17) esteve dirigida para o mercado do resto do mundo (88 por cento do total), entre 1980 e 1982 houve uma diminuição

11

//

absoluta dos valores exportados para esses mercados, que não ocorreu no caso dos cereais e lácteos, apesar da estagna o dos países do centro. Os países da ALADI que exportam em caráter monop lico neste item são Brasil e Argentina (mais de 95 por cento da exporta o total da ALADI).

As importa es totais neste item (ver quadros nos. 18 e 19) em 1980 e 1982 em nível de toda a ALADI foram de 595 e 518 milhões de dólares, respectivamente. A queda nos fluxos importados   leve se comparada com o caso dos cereais para o mesmo período. Entretanto, continua-se importando majoritariamente do resto do mundo (75 por cento), o que oferece a possibilidade, considerando que também se exporta majoritariamente para o resto do mundo, de realizar um acordo de auto-abastecimento em nível da ALADI. O Brasil, México, Col mbia e Venezuela s o os países que concentram 75 por cento do total importado pela ALADI.

O grau de complementariedade dos mercados da ALADI para o item de óleos e gorduras   maior que para o caso de lácteos e cereais. Tanto para os anos de 1980 e 1982, se reorient ssemos as exporta es de óleos e gorduras que vão do resto do mundo para os mercados da própria ALADI, vemos que elas abrangeriam 100 por cento das importa es do resto do mundo, que implica a existência de uma capacidade total de auto-abastecimento em nível da ALADI e, além disso, ficariam excedentes que podem ser dirigidos para o resto do mundo.

- 3.1.5 Sementes e frutos oleaginosos. As exporta es no item de sementes e frutos oleaginosos (onde a semente de soja   a mais importante) em nível da ALADI (ver quadros nos. 20 e 21) foram em 1980 e 1982 de 1,191 bilhão e 723 milhões de dólares, notando-se uma queda vertiginosa entre ambos os anos em termos absolutos como no caso do item óleos e gorduras. Com rela o ao destino das exporta es para 1982, o mercado do resto do mundo (Estados Unidos e Comunidade Econ mica Européia) sofreu uma severa contra o fazendo com que o próprio mercado da ALADI adquirisse maior importância relativa e absoluta. Da mesma maneira que no setor de óleos e gorduras, o Brasil e a Argentina exportam em caráter monop lico (mais de 80 por cento do total da ALADI para ambos os anos) neste setor.

Apesar de que em 1982 a maioria dos países da ALADI realizou se veros ajustes no setor externo, observa-se que as importa es de se mentes e frutos oleaginosos (ver quadros nos. 22 e 23) entre 1980 e 1982 cresceram de 435 para 706 milhões de dólares, notando-se uma maior participa o absoluta e relativa das importa es provenientes da própria ALADI, perfeitamente compatível com o que mencionamos anteriormente de que as exporta es estavam se dirigindo em maior per centagem para a própria ALADI. O caso mais representativo   o M xi- co que apesar de que em 1982 efetuou fortes desvaloriza es, suas im porta es de sementes e frutos oleaginosos cresceram de 264 para 343 milhões de dólares no período estudado, destacando o fato de que as importa es provenientes da ALADI cresceram de zero para 69 milhões de dólares. Por outro lado, o México e o Brasil são os países que concentram a maior parte das importa es totais da ALADI.

//

//

Tendo como meta neste trabalho medir o grau de complementaridade dos mercados da ALADI no setor sementes e frutos oleaginosos, podemos concluir que as importações da ALADI provenientes do resto do mundo podem ser cobertas em 100 por cento com as exportações da ALADI, dirigidas também para o resto do mundo. Da mesma maneira que no setor de óleos e gorduras, não somente há capacidade de auto-abastecimento em nível da ALADI mas existem excedentes que podem ser dirigidos para o resto do mundo.

No quadro no. 7 notamos que a soja (semente) para o período 1977-1978 poderia ser auto-abastecida em nível da ALADI; as conclusões para os anos de 1980 e 1982 confirmam essa tendência.

- 3.1.6 As exportações de legumes dos países que conformam a ALADI (ver quadros nos. 24 e 25) foram em 1980 e 1982 de 603 e 522 milhões de dólares, respectivamente, notando-se uma redução em termos absolutos de 13 por cento entre ambos os anos. Da mesma maneira que todos os setores anteriormente estudados, a maior parte das exportações da ALADI (mais de 80 por cento) esteve dirigida para o resto do mundo, mercado que apesar de ter-se contraído desde 1979 continua mantendo sua importância para esses setores. Outra característica importante está constituída pelo fato de que somente em 3 países (Argentina, México e Chile) concentra-se aproximadamente 95 por cento do total exportado pela ALADI, destacando-se em primeiro lugar o México.

Com relação às importações de legumes da ALADI (ver quadros nos. 26 e 27), estas caíram de 547 para 294 milhões de dólares no período 1980-1982; ou seja, houve uma queda vertiginosa do valor importado em 50 por cento. Da mesma forma que os cereais, são os setores que tiveram as quedas mais fortes em 1982 com relação aos volumes importados do resto do mundo. Mesmo assim, continua se mantendo nesse período a forte dependência das importações desse mercado. Os países que concentram no período em estudo 84 por cento do total de importações são: México, Brasil e Venezuela, em ordem de importância.

No setor de legumes (como a soja e os óleos) no período 1977-1978 podia cobrir-se 100 por cento das importações do resto do mundo com os excedentes destinados para o resto do mundo. Para os anos de 1980 e 1982 vemos que essa possibilidade continua se mantendo, uma vez que também 100 por cento das importações provenientes do resto do mundo pôde ser coberto com os excedentes destinados a esses mercados, ficando remanescentes que puderam ser dirigidos aos Estados Unidos e à Europa.

Tendo em vista que neste setor existe uma alta concentração das exportações em somente três países, isso facilitaria em melhor grau realizar uma estratégia em nível dos países da ALADI para complementar seus mercados.

//

//

### 3.2 Comentários gerais

- 3.2.1 A evolução do comércio de produtos agropecuários dos países da ALADI no período 1978-1982 dificilmente pode ser entendida sem considerar a evolução da economia dos países industrializados, que a partir de 1979 sofreram um longo processo de estagnação com a conseguinte contração do comércio mundial. Com efeito, as exportações e importações de produtos agro-alimentares da ALADI tiveram um crescimento vigoroso no período 1978-1980, para depois, no período 1980-1982, mostrar uma queda abrupta, especialmente nas importações.
- 3.2.2 Tanto as exportações como as importações de produtos agropecuários dirigidas e provenientes do resto do mundo, no período 1978-1982, continuaram representando as maiores percentagens do total de exportações e importações da ALADI, apesar dos fortes ajustes no setor externo em 1982 da maior parte das economias da ALADI.
- 3.2.3 Outrossim, observa-se para o período em estudo uma forte concentração em poucos países da ALADI das exportações e importações de produ<sup>o</sup>s agro-alimentares.
- 3.2.4 Sendo o objetivo principal deste capítulo tratar de identificar e quantificar os excedentes e faltantes de produtos agropecuários em nível da ALADI, conclui-se que as tendências observadas no período 1977-1978 quanto à capacidade de auto-abastecimento em nível da ALADI de produtos como a soja, óleos, lácteos, legumes e cereais manteve-se nos anos 1980 e 1982. Ou seja, há uma total capacidade de auto-abastecimento, tanto no caso de óleos (e gorduras), legumes e soja (semente) em nível da ALADI. Em menor proporção seguem os cereais (80 por cento). O caso dos lácteos continua representando o principal obstáculo para atingir a auto-suficiência regional.
- 3.2.5 A análise em nível de produto permite também concluir que para os anos de 1980 e 1982 existe uma forte concentração em poucos países, tanto na exportação como na importação de cada um dos produtos estudados.



//

#### 4. SITUAÇÃO ATUAL DOS ORGANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOS PAÍSES DA ALADI

Tendo em vista a limitação de meios e o tempo disponível para o desenvolvimento da missão, estimou-se que o mecanismo mais adequado para recolher informação que permitisse elaborar o diagnóstico dos organismos de comercialização de produtos básicos seria combinar as entrevistas com seus principais diretores com envio de um questionário, através dos canais habituais da Secretaria-Geral da ALADI. Lamentavelmente o nível de resposta obtido foi parcial, o que nos limita a possibilidade de realizar uma apresentação sistemática e ordenada de cada organismo e das principais características de seu funcionamento para a compra/venda de produtos agropecuários.

A deficiência mais relevante da informação apresentada neste capítulo é a relativa à participação do setor privado na comercialização de produtos agropecuários. Em primeiro lugar, parece que aqueles que receberam o questionário nos países entenderam que este se dirigia exclusivamente para os organismos do setor público ou com participação estatal em seu acionar. A idéia era justamente estabelecer em que produtos participa o Estado como monopólio, em quais trabalha em aberta concorrência com o setor privado e em que produtos; finalmente, so participa a iniciativa privada. É de lamentar que não tenhamos tido a capacidade de transmitir essa idéia àqueles que receberam os formulários.

Por outro lado, no caso dos produtos agropecuários a participação do setor privado verifica-se com variações que oscilam desde ser representantes nacionais de empresas transnacionais de comércio de produtos básicos e, por tanto, seu papel se limita a participar periodicamente de concorrências, concursos ou "tenders", tendo como único cliente um ente (organismo ou empresa) estatal, até o caso extremo de encontrar produtos onde a iniciativa privada adquire o produto, assegura-o, embarca-o, nacionalizando-o e distribuindo internamente.

Como se disse anteriormente, isto varia de país para país e particularmente de produto para produto; basta mencionar aqui que o conceito de produto básico, alimento estratégico, produto vital, etc., embora tenha uma aceitação genérica mais ou menos uniforme, recebe um conteúdo específico em cada país, atendendo ao montante que representa nas importações, sua participação na cesta básica familiar, ou a capacidade do país para produzi-lo, etc.

Com as limitações antes mencionadas faremos uma caracterização dos principais organismos de comercialização de produtos agropecuários nos países da ALADI, tentando chegar até onde a informação nos permita, a estabelecer o grau de participação (direta ou regulação) que tem sobre o fluxo de comércio analisado no capítulo anterior.

##### 4.1 Capacidade de negociação da América Latina

O problema de concentração do poder de compra internacional da região foi objeto de vários enfoques. Geralmente se tentou perfilar fórmulas conducentes à formação de "pools" comerciais que teriam como objetivo central exercer um poder oligopsônico, capaz de sensibilizar os preços internacio

//

//

nais em favor dos compradores e de gerar economias de escala, a fim de reduzir o custo de alguns serviços vinculados com o comércio exterior (transporte, seguros, etc). Perante estas propostas surgiram algumas visões bastante pessimistas. Efetivamente, se se analisa a informação contida no quadro 28 pode concluir-se que a América Latina não registra uma participação determinante no comércio internacional dos produtos básicos. Entretanto, tais apreciações poderiam levar a erros de interpretação.

É verdade que é difícil impor condições no mercado mundial. Aceitando que por sua condição a América Latina seja "tomadora" de preços internacionais, não há motivos para supor que um esforço de concentração das capacidades de compra e venda não teria efeito sobre a prática corrente do mercado internacional.

Um esforço neste sentido teria uma repercussão significativa na atual estrutura de comercialização de produtos agropecuários. Um esforço de operação permitiria intercambiar informações comerciais, estabelecer comparações de venda, estabelecer com melhores elementos de juízo a oportunidade das transações, ir construindo progressivamente canais mais autônomos de acesso ao mercado mundial, etc.

Quanto aos preços, por exemplo, observa-se que os preços médios pagos para um mesmo produto variam fortemente de um país para outro. É verdade que essas médias encerram diversos fatores que incluem nas diferenças, tais como oportunidade e concentração das compras e período de cotação utilizado, qualidade e especificações do produto, etc. Entretanto, alguns cálculos efetuados para os países do Grupo Andino revelam que se tivesse pago o preço ponderado das compras de trigo da sub-região teria sido possível poupar 50 milhões de dólares no período 1980/1982. No caso colombiano, um relatório de um consultor da UNCTAD estabelece que nas compras de trigo realizadas pelo setor privado durante 1983 no mercado internacional teria sido possível poupar US\$ 2.1 bilhões, simplesmente modificando o período dos embarques e o tamanho mínimo de cada lote (1).

A apresentação destes exemplos não permite chegar a conclusões absolutas. Pelo contrário, permitem-nos relativizar a eficiência comercial das transações efetuadas por alguns países da região, procurando estimular a procura de fórmulas para otimizar a eficiência da prática comercial da região.

Comparações similares poderiam ser feitas para apreciar as diferenças existentes no valor médio dos fretes por toneladas métricas de produto. Resulta óbvio indicar as vantagens comerciais que poderiam ser obtidas na contratação de fretes ao operar com maiores volumes.

Assim, um estudo publicado recentemente estabelece as seguintes variações no custo do frete, dependendo da capacidade do navio (2):

---

(1) Relatório do Consultor Oded Erez. Nota sobre o sistema de importação de trigo na Colômbia. Maio 1984.

(2) Willy Contreras: Comercialização de grãos básicos. Pág. 123.

//

//

	<u>\$/TM</u>
Para lotes de 20.000 a 30.000 toneladas métricas em navio	
Graneleiros - Golfo - Callao	18.00
Golfo - Callao e outro porto adicional	19.00
Para lotes de 10.000 a 15.000 toneladas métricas em Graneleiros	
- Golfo - Callao	20.00
- Golfo - Callao e outro porto adicional	21.00
Para lotes de 5.000 toneladas métricas em Twin Decker	
- Golfo Callao	24.00
Para lotes de 1.500 a 3.500 toneladas métricas em Twin Decker	
- Golfo - Iquitos	43.00

As estratégias dirigidas a incrementar o poder de negociação da América Latina se caracterizam pela busca de certos objetivos mediante aproximações sucessivas. Assim, um ponto de partida estaria dado pela concentração das capacidades nacionais de compra em organismos, geralmente estatais, de comercialização, tratando de atuar como medidas de eficiência das operações nacionais. Este esquema não necessariamente derivou no estabelecimento de monopólios de importação em todos os países da região, mas tem vigor nos países da sub-região andina. Assim, em 1982 o Grupo Andino importou produtos agropecuários por um montante total de US\$ 3,570 bilhões. Deste total, correspondeu às empresas estatais aproximadamente 50 a 55 por cento. Estes monopólios estatais se dirigiram principalmente para produtos deficitários e de consumo essencial tais como trigo, milho, sorgo, óleos e lácteos. As funções principais encomendadas aos organismos estatais de comercialização foram:

- Garantir o abastecimento oportuno e adequado de certos produtos;
- Equilibrar as flutuações dos preços internacionais para os mercados internos; e
- Proteger a produção interna contra a livre importação.

Em uma segunda instância, a estratégia de fortalecimento da capacidade de negociadora se orientava para fórmulas de cooperação entre os entes estatais de comercialização com o objetivo de coordenar os calendários e condições de compra entre as diferentes demandas nacionais. A magnitude das importações regionais permitiria obter melhores condições que aquelas que obteria individualmente cada país e muito superiores àquelas que poderia obter cada organismo individualmente.

Em resumo, os esforços realizados pelos países da região com a constituição de organismos empresariais de caráter governamental constituem um avanço de grande significação que poderia expressar-se nas seguintes vantagens:

//

//

- a) são instrumentos conducentes à centralização das capacidades nacionais de compra e venda;
- b) Manejam produtos estratégicos para o abastecimento interno, motivo pelo qual toda melhoria nas condições de compra tem grande impacto social;
- c) Manejam produtos mais ou menos similares, o que facilita o intercâmbio de experiências comerciais e favorece a realização de operações conjuntas; e
- d) Estão ligadas aos diversos sistemas de programação do comércio exterior, o que permite delimitar, com certo grau de precisão, a magnitude que poderiam alcançar eventualmente as operações conjuntas.

Entretanto, para dar uma imagem equilibrada do grau de avanço da estratégia apresentada também devemos indicar que encontrou uma série de dificuldades que limitaram seriamente sua implantação e que, como veremos a seguir, levou ao próprio desaparecimento de certos organismos em vários países da região. Estas dificuldades podem resumir-se da seguinte maneira:

- a) Marcada tendência para o bilateralismo, especialmente naqueles países que registram uma importante capacidade de compra ou venda. Neste sentido o êxito dos programas de cooperação requer fundamentalmente do curso destes países. É importante destacar, entretanto, que alguns grandes importadores de produtos agropecuários são por sua vez exportadores de petróleo, enquanto que alguns grandes exportadores de alimentos são deficitários neste produto. Neste sentido, é possível supor que existe uma margem importante de coordenação para o estabelecimento de estratégias conjuntas que combinem ações referidas ao aproveitamento regional dos superávits energéticos e agropecuários. No entanto, a mencionada tendência para o bilateralismo não permitiu avanços notórios nesta matéria;
- b) A presença dos grandes intermediários comerciais internacionais (Cargill, Continental Grain, Bunge e Born, etc) no atendimento das diversas necessidades nacionais constitui sério obstáculo para o estabelecimento de programas de cooperação econômica, porquanto possuem importante infraestrutura internacional e porque aproveitaram diretamente as facilidades financeiras que outorgam os países desenvolvidos que registram excedentes alimentícios (tais como P.L. 480, C.C.C., etc);
- c) Os problemas de aguda iliquidez que enfrentam alguns países da região limitaram os alcances dos programas de cooperação, na medida em que não se dispõe de fontes alternativas de financiamento às tradicionais; e
- d) Finalmente, a carência de pessoal experimentado e treinado no manejo de operações de comércio exterior limitou a execução dos programas de cooperação.

#### 4.2 Principais organismos que participam da comercialização de produtos agropecuários nos países da ALADI

As duas características principais do âmbito legal e orgânico que regem a comercialização de produtos agropecuários nos países da ALADI são a

//

diversidade institucional e a instabilidade. Na comercialização (com suas duas frentes, a interna e a externa) de produtos agropecuários participam Ministérios, Institutos, Juntas, Corporações, Empresas, etc, além do setor privado. Por outro lado, os acordos quanto à competência do setor público ou privado e os produtos são matéria de regulação ou controle variam com grande rapidez. Para confirmar esta apreciação basta comparar o diagnóstico elaborado no âmbito da ALALC (1973) com os trabalhos de recopilação de antecedentes iniciados no Comitê de Ação dos ORCEG (1982) e com a informação proporcionada pelos organismos que assistiram à reunião convocada pelo CASAR (1984). Com a notória exceção do México, na quase totalidade dos demais países, o âmbito legal e as "regras de jogo" em matéria de comercialização de produtos agropecuários seguiram modificações substantivas.

Sem ter evidência sólida que o confirme, pareceria existir em cada país um ciclo entre maior ou menor estatismo, seguido por outro de maior ou menor privatização do comércio exterior. Por não existir uma seqüência determinada nem coincidir a duração dos ciclos em cada país, em toda a região ocorre um tipo de mosaico de situações onde podemos encontrar monopólios (de importação e/ou exportação), ações de regulação e controle, até a exclusiva participação do setor privado no manejo de certos produtos. A isto acrescentemos a diversidade de definições de produtos básicos, estratégicos ou insumos indispensáveis aplicados em cada país.

Apesar da diversidade podemos encontrar três tipos de entidades dedicadas à comercialização:

a) Empresas estatais e de comercialização.

No caso extremo são organizações que correspondem ao que se denominou "state trading companies". Trata-se de empresas que se constituem de acordo com as disposições que regulam as sociedades mercantis, cuja função principal é realizar operações de comércio exterior, exercendo o poder de negociação que teoricamente deveria ter o Estado. Em muitos países estas empresas tiveram o monopólio da importação e de exportação de produtos de grande significação econômica. Algumas se especializam em determinados setores de exportação ou importação.

No conjunto de empresas encontradas neste grupo há marcadas diferenças quanto a sua estrutura legal. Algumas se constituem como sociedades privadas (INTERBRAS); outras, porém, se constituem como sociedades públicas mediante uma Lei de Criação. Em termos gerais, todas contam com autonomia administrativa e financeira para a execução de suas atividades, se bem se observam notórias diferenças quanto ao grau de dependência do Governo central para o desenvolvimento de suas atividades.

O objetivo central destas empresas é garantir o abastecimento interno de produtos agropecuários de consumo massivo, para o qual contam geralmente com uma rede interna de armazenagem e distribuição, fizamos

//

preços de compra da produção interna, adquirem no exterior os produtos deficitários mais significativos e exportam excedentes sazonais ou permanentes. O eixo central de suas políticas se orienta tanto para o produto como para o consumidor interno, procurando promover a produção nacional mediante a fixação de preços de garantia e garantindo a oportunidade do abastecimento em qualidade e preço. Neste sentido, algumas empresas tomaram parte ativa em políticas de subsídios.

As empresas visam reduzir os custos de importação sem descuidar em suas políticas de comércio exterior o adequado apoio à produção interna. Corresponde assinalar, entretanto, que nem sempre existiu adequada correspondência entre ambos os níveis de ação, o que contribuiu a desalentar a produção doméstica. Muitas destas empresas contam com redes de distribuição que vão diretamente ao consumidor a fim de evitar que os intermediários elevem artificialmente o preço dos produtos agropecuários básicos.

Entre as principais empresas que operam nos países da ALADI encontram-se: INTERBRAS (Petrobrás Comércio Internacional), COBEC (Companhia de Armazens e Comércio), ENCI (Empresa Nacional de Comercialização de Insumos), ECASA (Empresa Comercializadora de Arroz S.A.), ENAC (Empresa Nacional de Comercialização e Armazenagem), ENPROVIT (Empresa Nacional de Produtos Vitais), CONASUPO (Companhia Nacional de Subsistências Populares), IDEMA (Instituto de Mercado Agrícola).

b) Organismos estatais que participam da comercialização de produtos agropecuários.

Nesta categoria agrupamos organizações governamentais que participam executando ou regulando operações de comércio exterior de produtos básicos. Em alguns casos promovem e regulam a exportação de certos produtos (caso das Juntas de Grãos e Carnes na Argentina) enquanto que em outros participam diretamente da importação de produtos deficitários (caso dos Ministérios de Indústria e Comércio do Equador e da Bolívia). A característica principal destes organismos é que geralmente se encarregam de um ou alguns poucos produtos e as atividades que desenvolvem não revestem características de "negócio" ou de caráter "empresarial".

c) Organismos do setor privado.

Esta categoria agrupa finalmente todas as empresas nacionais e estrangeiras que participam diretamente da comercialização de produtos agropecuários. Como se indicou anteriormente, a fronteira entre o público e o privado na comercialização de produtos básicos tem sofrido constantes modificações, respondendo à orientação política dos Governos nacionais.

//

## 5. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM NÍVEL DA ALADI

O Programa de Trabalho da Secretaria para 1984 inclui o projeto denominada Promoção da Cooperação entre Empresas Públicas e Privadas de Comercialização Agrícola (Projeto E.2.1). Os objetivos gerais do projeto se orientam para:

- Analisar e discutir com os organismos nacionais as perspectivas comerciais de caráter regional e constatar a viabilidade e efetivo interesse sobre um calendário de consultas durante o período 1984-87;
- Analisar e propor uma adequada complementação com programas similares em nível sub-regional e global; e
- Analisar o desenvolvimento de métodos operacionais específicos sustentados nos mecanismos do Tratado de Montevideu 1980.

Em cumprimento desses objetivos e como parte integrante do projeto, realizou-se a consultoria, matéria do presente relatório, a fim de identificar as áreas de interesse por parte dos organismos nacionais, bem como a forma e oportunidade mais adequadas de convocá-los para analisar uma proposta concreta. Neste capítulo analisamos a factibilidade de reiniciar um programa de cooperação entre organismos de comercialização de produtos agropecuários, à luz dos resultados da análise efetuada nos capítulos anteriores.

### 5.1 O contorno internacional e institucional

É evidente que as prioridades da região em matéria de cooperação e assistência se viram afetadas pela atenção crescente do problema financeiro, particularmente no que diz respeito ao pagamento da dívida externa. Esta situação relegou a segundo plano outros temas que até poucos meses mantinham o interesse dos países.

O tratamento do tema do comércio exterior, em geral, e do intra-regional em particular, teve uma crescente importância por parte dos Governos ao estabelecer a existência de uma íntima relação entre comércio e capacidade de pagamento. Além disso, através dos programas de ajuste que vêm colocando em prática os Governos dos países da região, a variável de comércio ocupa um papel prioritário no restabelecimento do equilíbrio.

Entretanto, também como consequência da implantação de programa de ajuste procurou-se reduzir o déficit fiscal através da eliminação dos subsídios aos produtos básicos, o que em vários países veio acompanhado da substituição da participação estatal na comercialização de certos produtos básicos. Esta transferência de responsabilidades correspondeu a mudanças na orientação econômica por parte dos Governos ou como resposta a pressões durante a negociação do convênio de crédito "stand-by" com o FMI (ver carta de intenção subscrita pelo Governo do Peru e negociação que está sendo realizada com o Governo do Brasil).

//

//

Nesta linha de pensamento, os organismos de comercialização de produtos agropecuários, embora mantenham sua importância pelo volume e tipo de produtos de cujo comércio estão incumbidos, sofreram modificações de certa importância em seu âmbito legal e operacional, o que lhes tirou capacidade para manter um desenvolvimento orgânico equilibrado.

Entre 1973, em que se realizou o primeiro diagnóstico desses organismos, e 1978 em que se iniciaram os estudos realizados pela UNCTAD, e a situação atual, houve mudanças importantes que reduziram as possibilidades de cooperação e assistência técnica em nível regional nesta matéria.

Não obstante o exposto, a situação deveria modificar-se em termos favoráveis se se concretiza a estratégia da expansão do comércio, sobretudo através de formas "não tradicionais" como a troca ou contra-comércio onde estes organismos poderiam desempenhar um papel importante.

Resumindo, embora reconheçamos que a conjuntura internacional e institucional não pareceria ser a mais adequada para iniciar um programa de cooperação e assistência técnica em nível da ALADI, a importância dos produtos que manejam e a sempre mutante estrutura institucional nos obrigam a olhar além da conjuntura atual para apreciar a validade de manter presente esta linha de atividade nos esforços da Secretaria, embora reorientando os métodos de trabalho empregados anteriormente para tratar o tema.

## 5.2 Principais critérios para esboçar o programa de cooperação em nível dos países da ALADI

### 5.2.1 Convocação do setor privado

É evidente que para assegurar certa representatividade regional ao programa de cooperação previsto, a convocação das empresas do setor privado é indispensável. A partir das mudanças institucionais ocorridas no Chile, Venezuela, Peru e as antecipadas no Equador e Brasil, produziu-se uma transferência da fronteira entre o "público" e o "privado" que altera a importância relativa dos organismos estatais de comercialização. Neste sentido a Secretaria propõe com critério muito adequado a participação das empresas privadas de comercialização.

### 5.2.2 Programa que deve ser parte de uma estratégia mais ampla orientada a expandir o comércio

O âmbito geral no qual se inscreve o programa de cooperação entre organismos de comercialização de produtos agropecuários não pode ser outro que o da expansão do comércio em geral e inter-regional em particular. Em outras palavras, este mecanismo deve fazer parte de uma estratégia mais ampla orientada para a expansão do comércio e que tem como pré-requisito a aceitação por parte dos Governos de eliminar progressivamente, mas em forma efetiva, as barreiras tarifárias e não-tarifárias implantadas a partir de 1981 e que limitaram fortemente o comércio intra-regional. Pelo contrário, se a Secretaria percebe que esse consenso oficialmente alcançado está longe ainda de ser levado à prática, não teria maior sentido iniciar um

//



//

programa de cooperação entre organismos de comercialização com as restrições ainda em vigor.

### 5.2.3 Projetos específicos a serem incluídos

Embora em última instância sejam os próprios organismos de comercialização os que manifestarão seu interesse por certos projetos específicos, existe ampla evidência analisada no capítulo 2 para afirmar que nos mecanismos anteriores sobreestimou-se a capacidade para executar um conjunto de atividades muito amplo, sem antes ter fortalecido institucionalmente o mecanismo.

Com base nas entrevistas mantidas com os responsáveis dos organismos de comercialização entrevistados permitimo-nos sugerir os seguintes projetos:

- Inventário atualizado dos organismos dos países da ALADI;
- Cooperação técnica horizontal entre organismos; e
- Financiamento do comércio exterior de produtos básicos.

No primeiro caso trata-se de atualizar o diagnóstico realizado pela UNCTAD em 1978, tratando de preencher uma lacuna muito importante que não pôde ser coberta pelo presente estudo e se refere à recente importância assumida pelo setor privado na comercialização de produtos agropecuários em nível dos países da Associação. Consideramos que este estudo deveria ser a próxima actividade a ser desenvolvida, para o qual não seriam necessários grandes recursos se os organismos aceitassem facilitar a informação em forma completa e oportuna.

A segunda linha de atividades fundamenta-se na existência de graus de desenvolvimento diferente entre os organismos de comercialização, o que lhes permitiria prestar assistência técnica e capacitação a técnicos de outros organismos da região. Esta assistência deveria orientar-se principalmente à análise dos mercados internacionais (particularmente aqueles que operam mediante bolsa), finanças e racionalização dos sistemas de distribuição e armazenagem (1).

Esta tarefa, na qual a Secretaria estaria incumbida da coordenação, poderia complementar-se através de cursos e/ou seminários com participação de funcionários das empresas com maior desenvolvimento organizacional na região (INTREERZAS, Junta Nacional de Grãos, CONASUPO, etc) que poderiam apoiar peritos de diferentes empresas transnacionais que operam na comercialização de produtos básicos. Existem experiências concretas de ações desenvolvidas pela UNCTAD, no caso de grãos e por GEPLACEA, no caso do açúcar, que tiveram resultados altamente positivos na capacitação de pessoal.

---

(1) Esta relação corresponde à priorização expressa pelos gerentes dos organismos que participaram da reunião convocada pelo CASAR.

//

A proposta de incluir o tema do financiamento corresponde ao interesse manifestado pelos gerentes dos organismos entrevistados, bem como pela inexistência de um estudo completo e sistemático que mostre como são as operações financeiras no comércio de produtos agropecuários. Na realidade existe evidência parcial que demonstra que na maioria de casos trata-se de um financiamento bancário a curto prazo, outorgado em condições não concessivas quanto a tipos de juros e prazos de repagamento, o que contrasta com as facilidades financeiras outorgadas pelos exportadores de produtos agropecuários de fora da região. Existe consenso em que o tratamento do financiamento constitui uma barreira importante ao comércio intra-regional nas atuais circunstâncias de iliquidez e dificuldades para os pagamentos em moeda conversível.

Deixamos de lado o projeto relativo à informação comercial requerida pelos organismos de comercialização de produtos agropecuários. Em primeiro lugar, porquanto esta atividade foi assumida pelo CASAR, para o qual está desenvolvendo uma proposta a ser discutida com as empresas (1). Em segundo lugar, porquanto em nível da própria Secretaria da ALADI também está sendo revisado o sistema que tem vários anos de funcionamento a fim de adequá-lo às necessidades expressas pelos usuários.

Aqui volta a surgir a restrição inerente aos organismos de comercialização devida a sua diversidade organizacional e instabilidade de seu âmbito legal. Assim como existe diversidade de organismos encarregados de comercializar produtos diferentes, tampouco existe coincidência no tipo de informação requerida. Assim, a informação requerida pela Junta de Grãos que coloca anualmente 30 milhões de toneladas métricas de grãos difere significativamente da que requer um organismo que compra via concorrência em duas ou mais oportunidades por ano. Em outras palavras, da diversidade de juros se deriva um custo elevado para incorporar a informação requerida por cada um e uma impossibilidade de ratear equitativamente entre os participantes.

O problema da informação comercial requerida pelos organismos de comercialização, dada sua complexidade, deveria analisar-se em um contexto separado do esforço de cooperação e assistência técnica até que um estudo pormenorizado demonstre sua factibilidade e cobertura financeira por parte dos usuários.

#### 5.2.4 Mecanismo institucional

Para confirmar a viabilidade e verdadeiro interesse dos organismos nacionais de comercialização de participar de um mecanismo de cooperação seria conveniente convocar uma reunião para a qual se conte com a aceitação e interesse, em princípio, dos organismos estatais de comercialização visitados pelo consultor. Faltaria verificar o interesse das empresas do setor privado

1) Não estamos convencidos de que a proposta elaborada pela Secretaria do CASAR permita a implantação de um sistema que cubra as necessidades dos organismos a um custo razoável e com um funcionamento eficiente.

ml

//

//

Não obstante o expressado, desejaríamos recomendar em forma enfática que essa reunião se realizasse no segundo semestre de 1985 a fim de concluir previamente o inventário de organismos (sobretudo no que diz respeito ao setor privado) e, ao mesmo tempo que se precisasse com maior claridade a factibilidade de localizar este esforço dentro de uma estratégia de maior alcance e envergadura orientada para a expansão do comércio da região.

Dependendo do nível de participação e do tipo de acordos a que se chegue nessa reunião poderia pensar-se em institucionalizar o âmbito deste programa de cooperação, tratando de que a organização periódica da mesma seja de responsabilidade dos próprios participantes, contando com o apoio da Secretaria da ALADI.

#### 5.2.5 Relações com outros mecanismos de caráter regional e sub-regional

Os esforços de coordenação com o CASAR e com a Junta do Acordo de Cartagena devem orientar-se a evitar duplicação de esforços e potenciar a participação de cada organismo dentro dos temas de sua competência. Não existe maior problema no que diz respeito à Junta, uma vez que a Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário recentemente aprovada orienta-se para uma complementação com os outros países da região a fim de fortalecer o comércio. O envio de seu Programa de Trabalho também permite identificar áreas de interesse comum como o estudo de excedentes e faltantes, as compras conjuntas e os convênios de abastecimento de produtos agropecuários.

A situação é diferente no que diz respeito ao CASAR, uma vez que dentro de seu mandato incorporou o tema do fortalecimento do comércio intra-regional de alimentos criando certa superposição de atividades com as desenvolvidas pela ALADI nesse campo. Não se trata de esclarecer neste documento quem invadiu o terreno alheio senão constatar que na prática existe o risco real de uma duplicação de esforços que inclusive estaria preocupando alguns diretores de organismos de comercialização da região ao criar confusão quanto aos objetivos de cada mecanismo.

Tampouco corresponde propor neste documento a fórmula a través da qual essa coordenação seria desejável, mas recomendar enfaticamente uma tentativa séria de colaboração. Lamentavelmente, como se analisou no capítulo 2, o CASAR propôs uma gama muito ambiciosa de projetos sem contar, aparentemente, com recursos financeiros para o desenvolvimento dessas atividades. Dentro dessas perspectivas os resultados concretos poderiam ter pouca significação, com o custo adicional de limitar o desenvolvimento de atividades que poderia alentar a Secretaria da ALADI com relação ao tema.

me

//

//

## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os organismos de comercialização de produtos agropecuários da região participaram de diversos mecanismos de cooperação ao longo dos últimos vinte anos. Tendo em vista a importância e variedade de atividades que desenvolvem no comércio exterior de produtos básicos, foram convocados para participar de mecanismos orientados para a expansão do comércio intra-regional, para fortalecer a capacidade de negociação da região no comércio de alimentos e para contribuir ao objetivo da segurança alimentar regional.

Por diversas razões analisadas no capítulo 2 os avanços desses mecanismos em termos de cumprimento de metas foram limitados.

Da análise da tendência do comércio de produtos agropecuários nos países da ALADI concluímos que apesar da redução no volume e valor do comércio em geral experimentado a partir de 1981, os volumes de importações e exportações de produtos agropecuários atingiram cifras de grande importância. Por outro lado, o exame detalhado dos fluxos comerciais em nível de certos produtos demonstra que a região tem capacidade de auto-abastecimento de óleos e gorduras, legumes e soja. Em menor medida, no caso dos cereais, existe um déficit importante que obriga a região a abastecer-se de terceiras origens nos lácteos.

Em outras palavras, existe ampla margem para desviar comércio proveniente do resto do mundo e substituí-lo por exportações da região. Nessa perspectiva, os organismos de comercialização representam veículos de grande importância para instrumentar uma estratégia de incremento do comércio regional.

Por outro lado, estabeleceu-se que em alguns países da região os organismos de comercialização de produtos agropecuários sofreram variações substanciais quanto a suas modalidades operacionais e quanto ao âmbito e natureza de suas funções. Particularmente, o modelo da "state trading company" que ainda se mantém em vigor em certos países da Associação perdeu vigência em outros, cedendo terreno ao setor privado. Assim, empresas privadas estão assumindo a comercialização de certos produtos que até poucos anos estavam reservados em exclusividade do Estado.

Não obstante o exposto, estabeleceu-se que sob certas premissas seria conveniente que no âmbito da ALADI se desenvolvesse um mecanismo de cooperação cujas principais características foram pormenorizadas.

Tendo presente o panorama geral antes exposto, permitimo-nos formular as seguintes recomendações:

- completar o diagnóstico dos organismos de comercialização, tratando de preencher a lacuna de informação detalhada sobre participação do setor privado nos esquemas de comercialização em vigor;
- convocar uma reunião de organismos públicos e privados de comercialização para o segundo semestre de 1985 e sujeito a que os próprios organismos não sejam convocados em data próxima pelo CASAR. Caso contrário, coordenar ações conjuntas com esse mecanismo a fim de evitar duplicação de esforços;

//

//

- analisar em nível dos principais produtos agropecuários as reais possibilidades de incremento do fluxo comercial como consequência de redirecionamento das exportações e substituição de importações. Com base nessa análise, estabelecer mecanismos de contato e coordenação em nível de empresas de certa importância na comercialização destes produtos ou grupo de produtos (grãos, produtos lácteos, cárnicos, óleos e gorduras, etc) com o propósito de estudar acordos de comércio compensado;
- coordenar com a Junta do Acordo de Cartagena a realização de estudos de excedentes e faltantes de produtos agropecuários incluídos em seu programa de atividades para 1984/85; e
- finalmente, é importante promover o fortalecimento da capacidade de análise e investigação de mercado, a fim de melhorar a capacidade para identificar as tendências do mercado dos produtos agropecuários e antecipar as flutuações de preços. Para esses efeitos a Secretaria da ALADI deveria servir de mecanismo de coordenação para que os organismos com maior desenvolvimento colaborassem na capacitação do pessoal de outros organismos da região.



//

ANEXO I

RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS DURANTE A MISSÃO

EQUADOR:

Lic. Carlos Ponce; Gerente General de la Empresa Nacional de Productos Vitales, EMPROVIT

Ing. José Orellana Jarrín, Gerente General de la Empresa Nacional de Almacenamiento y Comercialización, ENAC

Lic. Eulalia Andrade de Sancho; Directora General de Comercio Exterior, Ministerio de Industria, Comercio e Integración

Economista Luis Orlando Díaz; Director General de Integración del Ministerio de Industria, Comercio e Integración

COLÔMBIA:

Dr. Manuel Tenorio; Subgerente de Compras del Instituto de Mercadeo Agropecuario, IDEMA

Sr. Daniel Montañez; Subdirector de Política Comercial del Instituto Colombiano de Comercio Exterior, INCOMEX

Dra. Cecilia López de Rodríguez; Vice Ministro de Agricultura y Ganadería

VENEZUELA:

Ing. José Azocar Aguilera; Vice Ministro de Agricultura y Cría

MÉXICO:

Ing. Antonio Morales; Secretario Técnico de la Subsecretaría de Planeamiento, Secretaría de Agricultura y Recursos Hidráulicos

Lic. José Costemalle; Director General, Compañía Nacional de Subsistencias Populares, CONASUPO

//

Lic. Manuel Armendariz; Director General del Instituto Mexicano de Comercio Exterior, IMCE

BOLÍVIA:

Lic. Jorge Agrega; Ministro Secretario de Integración

Ing. Fernando Vargas; Director de Asuntos Industrias de la Secretaría de Integración

Lic. Francisco Aramayo Bernal; Subsecretario de Planeamiento, Ministerio de Planeamiento y Coordinación

PERU:

Ing. Gerardo Sattler A.; Director General de Comercialización Agropecuaria, Ministerio de Agricultura

Ing. Vicente Macera; Vicepresidente de la Empresa Nacional de Comercialización de Insumos

Ing. Oscar Pajares; Gerente de Importaciones, Empresa Nacional de Comercialización de Insumos

---

//



//

ANEXO II

QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS ORGANISMOS NACIONAIS  
DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

1. EMPRESAS/ORGANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

- 1.1 Indique os organismos/empresas nacionais incumbidas da comercialização (interna/externa) de produtos agrícolas.
- 1.2 Indique os organismos/empresas incumbidos exclusivamente da importação e/ou exportação de produtos agrícolas.
- 1.3 Indique os organismos/empresas do setor público que comercializam produtos em concorrência com o setor privado.
- 1.4 Se não existe nenhum organismo/empresa de comercialização agrícola indique o Ministério e/ou as dependências correspondentes incumbidas da supervisão e controle da importação e exportação de produtos agrícolas.
- 1.5 Descreva resumidamente os procedimentos e trâmites habituais para a importação e para a exportação de produtos agrícolas. A resenha deverá compreender o sistema utilizado para determinar as quotas ou metas de importação e exportação, indicando os organismos responsáveis ou autorizados para cumprir esta função.

2. ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES

Indique separadamente para cada organismo ou empresa o seguinte:

- 2.1 NOME, ENDERÇO, TELEFONE/TELEX.
- 2.2 Natureza da instituição (organismo estatal, organismo para-estatal, empresa pública).
- 2.3 Descreva as principais funções vinculadas diretamente com as importações e exportações de produtos agrícolas.
- 2.4 O Ministério de quem depende hierarquicamente.
- 2.5 Os Ministérios e demais organismos que participam da determinação da política comercial da empresa/organismo.
- 2.6 Os produtos agrícolas de exportação e importação sobre os quais exerce sua ação.
- 2.7 Os produtos cuja importação e/ou exportação é realizada pela empresa/organismo em forma exclusiva.
- 2.8 Se a instituição estabelece metas ou quotas de importação assinale a forma de determinação e indique se outras autoridades intervêm.

//

sp

//

- 2.9 Assinale com que organismos dos países da ALADI mantêm relações comerciais periódicas ou estáveis.

### 3. OUTROS ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

- 3.1 Indique se as importações de produtos agrícolas são realizadas por compra direta, concorrências de preços, concorrências públicas, etc.
- 3.2 Indique a instituição incumbida da importação de produtos agrícolas mediante os sistemas especiais de financiamento e de pagamento outorgado por outros países.
- 3.3 Descreva resumidamente as normas de caráter financeiro nas exportações de importação e exportação de produtos agropecuários.
- 3.4 Indique se os organismos/empresas de comercialização têm tratamento preferencial na aplicação dos regimes tarifários e de restrições não tarifárias quando importam ou exportam produtos agrícolas.
- 3.5 Indique se no país são aplicados sistemas de sustentação para o produtor e/ou de preços oficiais em nível do consumidor ou usuário para os produtos e as instituições que participam dessas determinações.
- 3.6 Indique se os organismos/empresas de comercialização realizaram durante os últimos anos (1979-1983) operações compensadas de produtos agrícolas com outros países, assinalando os principais produtos comercializados sob este regime, os países e volumes.
- 3.7 Breve descrição das normas de transporte marítimo e seguro que regem a importação e exportação de produtos agropecuários.
- 

//

//

ANEXO III

LISTA DE QUADROS

		<u>Página</u>
Quadro a	- Relação dos organismos de comercialização que participaram dos mecanismos regionais de cooperação .....	45
Quadro 1	- Exportações de produtos agropecuários dos países da ALADI, ano 1978 .....	48
Quadro 2	- Exportações de produtos agropecuários dos países da ALADI, ano 1980 .....	49
Quadro 3	- Exportações de produtos agropecuários dos países da ALADI, ano 1982 .....	50
Quadro 4	- Importações de produtos agropecuários dos países da ALADI, ano 1978 .....	51
Quadro 5	- Importações de produtos agropecuários dos países da ALADI, ano 1980 .....	52
Quadro 6	- Importações de produtos agropecuários dos países da ALADI, ano 1982 .....	53
Quadro 7	- Brecha comercial, média anos 1977-1978 .....	19
Quadro 8	- Exportações de lácteos dos países da ALADI, ano 1980 ...	54
Quadro 9	- Exportações de lácteos dos países da ALADI, ano 1982 ...	55
Quadro 10	- Importações de lácteos dos países da ALADI, ano 1980 ...	56
Quadro 11	- Importações de lácteos dos países da ALADI ano 1982 ....	57
Quadro 12	- Exportações de cereais dos países da ALADI, ano 1980 ...	58
Quadro 13	- Exportações de cereais dos países da ALADI, ano 1982 ...	59
Quadro 14	- Importações de cereais dos países da ALADI, ano 1980 ...	60
Quadro 15	- Importações de cereais dos países da ALADI, ano 1982 ...	61
Quadro 16	- Exportações de óleos e gorduras dos países da ALADI, ano 1980 .....	62

//

sp

//

	<u>Página</u>
Quadro 17 - Exportações de óleos e gorduras dos países da ALADI, ano 1982 .....	63
Quadro 18 - Importações de óleos e gorduras dos países da ALADI, ano 1980 .....	64
Quadro 19 - Importações de óleos e gorduras dos países da ALADI, ano 1982 .....	65
Quadro 20 - Exportações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI, ano 1980 .....	66
Quadro 21 - Exportações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI, ano 1982 .....	67
Quadro 22 - Importações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI, ano 1980 .....	68
Quadro 23 - Importações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI, ano 1982 .....	69
Quadro 24 - Exportações de legumes dos países da ALADI, ano 1980 ...	70
Quadro 25 - Exportações de legumes dos países da ALADI, ano 1982 ...	71
Quadro 26 - Importações de legumes dos países da ALADI, ano 1980 ...	72
Quadro 27 - Importações de legumes dos países da ALADI, ano 1982 ...	73
Quadro 28 - Exportações de produtos básicos selecionados dos países em desenvolvimento; valor médio 1978/1980 .....	74

//

//

Quadro a

RELAÇÃO DOS ORGANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO QUE PARTICIPARAM DOS MECANISMOS REGIONAIS DE COOPERAÇÃO. (1)

<u>REUNIÃO ALALC</u> <u>1977-1978</u>	<u>COMITÊ AÇÃO OECEG</u> <u>1980-1983</u>	<u>COMITÊ AÇÃO CASAR</u> <u>1984</u>
<u>ARGENTINA</u>		
- Junta de Grãos - Junta de Carnes	Junta de Grãos	Junta de Grãos
<u>BOLÍVIA</u>		
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo		Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (*)
<u>BRASIL</u>		
COBAL SUNAB CEASA CIBRAZEN Comissão Nacional de Agricultura Ministério da Agricultura Ministério do Planejamento e Coordenação	INTERBRÁS COBEC	INTERBRÁS
<u>COLÔMBIA</u>		
INA	IDEMA  Ministério da Agricultura	IDEMA
<u>CHILE</u>		
ECA  Ministério da Agricultura		Empresa de Comércio Agrícola (*)
<u>EQUADOR</u>		
Ministério da Agricultura  EMPROVIT	ENAC	ENAC e EMPROVIT (*)
<u>MÉXICO</u>		
CONASUPO BANCO DO MÉXICO S.A.	CONASUPO INSTITUTO DE COMÉRCIO EXTERIOR	CONASUPO

sp

//

//

Quadro a (Cont.)

---

México (Cont.)

Impulsora e Exportadora  
Nacional

PERU

Ministério da Agricultura

ENCI

ENCI

Ministério da Alimentação

PARAGUAI

Ministério da Agricultura  
e Pecuária

Ministério da Indústria  
e do Comércio

URUGUAI

Ministério da Agricultura  
e Pecuária

CONAPROLE

VENEZUELA

Banco Agrícola e Pecuário

Instituto de Comércio  
Exterior

Corpomercadeo

Corpomercadeo

Corpomercadeo (\*)

Ministério da Agricultura  
e Pecuária

CUBA

ALIMPORT

ALIMPORT

CUBAFRUTAS

CUBAFRUTAS

COSTA RICA

Conselho Nacional de  
Produção

Conselho Nacional de Produ  
ção (\*)

GUATEMALA

Secretaria do Planeja  
mento

INDECA

INDECA

//

//

Quadro a (Cont.)REPÚBLICA DOMINICANA

INESPRE

EL SALVADOR

Instituto Regulador

IRA (\*)

HONDURAS

IHMA

IHMA

BANASUPRO

NICARÁGUA

ENIA

ENABAS

Ministério do Comércio

PANAMÁ

IMA

IMA (\*)

JAMÁICAJamáica Commodity  
Trading

- (1) A relação inclui, no caso das OECEG, não somente as empresas que finalmente aderiram ao mecanismo mas também todas aquelas que participaram de alguma das reuniões preparatórias.

No caso do Comitê do CASAR a relação poderia levar a confusão se não for levado em conta que aquelas instituições marcadas com asterisco se fizeram representar através de seus representantes diplomáticos acreditados perante o Governo argentino.

sp

//

Quadro no. 1  
Exportações de Produtos Agropecuários dos países da ALADI. Ano 1978  
(Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	5.921	5.630	-	1.810	173	232	5.852	1.100	1.799	975	
BOLÍVIA	1.427	-	1.504	-	413	-	-	-	1.169	36	-	
BRASIL	203.192	2.775	-	15	6.908	-	7.819	6.064	124	64.100	-	
COLÔMBIA	4.068	-	2.670	-	5.417	6.468	896	-	1.205	347	46	
CHILE	67.182	9.853	13.240	-	-	46	1.617	19.133	2.388	1.746	-	
EQUADOR	1.238	-	2.503	1.618	391	-	-	-	834	20	-	
MÉXICO	55.840	-	3.451	335	5.319	665	-	757	2.082	-	-	
PARAGUAI	19.902	-	571	-	131	-	-	-	-	137	-	
PERU	26.265	13	-	-	124	-	-	63	-	666	-	
URUGUAI	9.967	-	3.084	-	240	17	9	187	16	-	-	
VENEZUELA	67.917	-	39.515	56.284	6.719	8	1.695	180	3.937	15.001	-	
ALADI	456.956	18.562	72.168	58.252	27.472	7.377	12.268	16.321	12.839	71.716	1.021	754.952
RESTO DO MUNDO	2.934.006	3.452	1.750.262	46.273	167.952	105.941	1.118.200	58.641	262.358	127.187	33.529	6.607.801
TOTAL	3.390.962	22.014	1.822.430	104.525	195.424	113.316	1.130.468	74.962	275.197	198.903	34.550	7.362.753

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.



123

Quadro no. 2  
Exportações de Produtos Agropecuários dos países da ALADI. Ano 1980  
 (Milhares de dólares)

ORIGEM	DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA		-	45	33.758	-	7.725	1.524	153	11.890	1.294	11.142	-	
BOLÍVIA		49.720	-	1.504	-	278	-	2	112	1.767	639	-	
BRASIL		392.001	1.314	-	1	8.139	-	2.603	17.341	260	118.713	4.592	
COLÔMBIA		640	-	1.016	-	8.361	18.513	1.885	2	1.013	350	18	
CHILE		114.653	18.068	24.850	45.773	-	832	502	5.197	5.593	10.569	-	
ECUADOR		5	-	118	16.077	1.577	-	26	-	544	238	17	
MÉXICO		1.223	-	25.620	306	36.157	1.668	-	13	741	-	-	
PARAGUAI		19.030	-	2.699	-	2	-	-	-	-	86	-	
PERU		40.396	6.309	2.540	60	774	50	38	16	-	5.876	-	
URUGUAI		23.735	-	2.719	16	525	32	6	2.666	16	-	-	
VENEZUELA		11.692	-	18.073	14.503	22.414	16	673	-	339	-	-	
ALADI		653.095	25.736	112.897	76.736	85.952	22.635	5.888	37.245	11.567	147.613	4.627	1.183.991
RESTO DO MUNDO		3.792.653	30.249	3.508.610	182.856	309.324	175.445	979.464	61.931	234.109	199.256	32.890	9.506.787
TOTAL		4.445.748	55.985	3.621.507	259.592	395.276	396.080	985.352	99.176	245.676	346.869	37.517	10.690.778

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 3

Exportações de Produtos Agropecuários dos países da ALADI. Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	772	8.227	-	1.799	-	577	15.387	44	19.294	263	
BOLÍVIA	26.561	-	2.202	-	68	-	-	-	116	599	29	
BRASIL	227.470	550	-	-	5.292	-	2.596	74.449	213	79.579	4.069	
COLÔMBIA	13.124	-	5.573	-	612	-	548	107	3.843	4	156	
CHILE	73.130	2.383	33.709	-	-	-	-	2.520	73	9.992	-	
EQUADOR	4.473	-	83	89	212	-	-	-	58	-	-	
MÉXICO	72.923	-	75.235	108	7.779	-	-	396	29	137	-	
PARAGUAI	10.028	-	6.362	-	15	-	-	-	-	128	-	
PERU	34.264	9.388	3.276	2.642	110	-	-	187	-	15.001	-	
URUGUAI	6.272	182	2.000	-	426	-	-	1.947	-	-	-	
VENEZUELA	33.975	-	138.097	58.471	6.854	-	289	-	1.455	-	-	
ALADI	502.220	13.275	274.764	61.310	23.167	-	3.990	94.993	5.831	124.734	4.519	1.108.803
RESTO DO MUNDO	3.585.289	5.796	2.659.398	81.199	355.332	-	1.015.114	42.610	122.303	280.481	41.616	8.188.138
TOTAL	4.087.509	19.071	2.933.162	142.509	378.499	-	1.019.104	137.603	128.134	405.215	46.135	9.296.941

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 4  
 Importações de Produtos Agrícolas dos países da ALADI. Ano 1978  
 (Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	21.316	207.266	20.783	45.765	102	45.321	6.661	25.964	4.967	83.013	
BOLÍVIA	49	-	13.348	-	5.267	-	-	-	24	-	-	
BRASIL	4.733	2.084	-	517	5.689	3.403	477	8	11	3.282	82.998	
COLÔMBIA	-	-	19	-	-	34	177	-	565	1	44.080	
CHILE	1.772	3.619	9.048	6.247	-	1.338	6.536	-	122	241	6.392	
EQUADOR	188	-	-	6.577	21	-	1.161	-	-	17	9	
MÉXICO	561	1	5.905	1.086	1.830	-	-	-	8	47	1.673	
Paraguai	4.277	-	8.805	223	2.121	11	1.155	-	97	780	-	
PERU	1.712	1.085	22	1.322	271	453	2.766	-	-	-	9.597	
URUGUAI	1.193	23	91.239	508	770	22	271	1.945	800	-	-	
VENEZUELA	1.017	-	-	13	-	-	-	-	20	-	-	
ALADI	15.502	28.128	335.652	37.276	56.734	5.670	57.864	8.614	27.611	9.341	227.762	810.154
RESTO DO MUNDO	27.134	52.033	779.805	156.654	265.257	73.118	756.379	337	205.299	6.582	685.301	3.007.899
TOTAL	42.636	80.161	1.115.457	193.930	321.991	78.788	814.243	8.951	232.910	15.923	913.063	3.818.053

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

ab

Quadro no. 5

Importações de Produtos Agropecuários dos países do ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	459.214	3.143	124.679	21	4.083	12.856	68.046	23.939	35.302	
BOLÍVIA	56	-	1.061	-	25.248	-	-	-	5.935	-	11	
BRASIL	24.585	-	-	1.238	19.606	-	25.835	22	2.239	2.658	23.114	
COLÔMBIA	-	-	5	-	29.173	7.283	51	-	22	-	6.932	
CHILE	3.133	-	9.319	8.294	-	743	9.115	2	414	511	19.290	
EQUADOR	1.901	-	-	18.713	178	-	830	-	1.066	42	1.648	
MÉXICO	548	-	4.531	2.216	576	-	-	-	32	37	1.638	
PARAGUAI	14.537	-	45.412	22	21.644	-	187	-	32	4.667	-	
PERU	2.137	-	233	1.388	15.082	650	9.452	-	-	9	452	
URUGUAI	11.998	-	128.844	248	7.894	342	4	75	6.400	-	-	
VENEZUELA	-	-	2.778	739	-	-	2.740	-	-	-	-	
ALADI	58.895	-	651.397	36.001	244.080	9.039	53.317	13.002	84.986	31.863	88.387	1.270.965
RESTO DO MUNDO	80.694	49.106	1.372.615	350.466	334.629	127.780	2.361.505	1.085	247.616	6.192	1.206.476	8.368.164
TOTAL	139.589	49.106	2.024.012	386.467	578.709	136.819	2.414.822	14.085	332.602	38.055	1.294.863	9.639.129

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 6

Importações de Produtos Agrícolas dos países de ALADI. Ano 1962

(Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	248.463	13.601	78.720	947	69.632	8.234	40.909	6.451	60.942	
BOLÍVIA	-	-	3.466	-	1.772	-	-	-	2.600	-	-	
BRASIL	9.384	-	-	19.154	32.924	5	81.051	1.235	4.408	1.951	157.133	
COLÔMBIA	-	-	2	-	-	-	97	-	1.274	-	92.799	
CHILE	2.047	-	8.756	1.034	-	719	9.725	-	117	450	13.939	
ECUADOR	3.534	-	-	36.706	73	-	359	-	11.403	-	3	
MÉXICO	395	-	7.475	488	46	-	-	1	-	36	695	
PARAGUAI	7.528	-	140.056	171	4.656	4	234	-	805	884	104	
PERU	66	-	219	5.220	58	-	3.594	-	-	-	1.537	
URUGUAI	7.526	-	86.834	46	7.861	-	191	111	17.878	-	-	
VENEZUELA	467	-	6.291	210	-	309	-	-	34	-	-	
ALADI	30.950	-	561.562	77.630	126.110	1.984	164.883	9.581	79.428	9.774	327.152	1.329.054
RESTO DO MUNDO	7.950	31.836	935.483	298.126	279.238	55.235	1.231.710	397	352.501	7.911	1.011.233	4.211.620
TOTAL	38.900	31.836	1.437.045	375.756	405.348	57.219	1.396.593	9.978	431.929	17.685	1.338.385	5.540.674
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 8

Exportações de Látex dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	-	-	13	-	-	-	-	1.988	-	-
BOLÍVIA	142	-	30	-	79	-	-	-	94	639	-	-
BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.743	-	-
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHILE	669	-	-	-	-	-	-	-	-	1.369	-	-
EQUADOR	-	-	-	-	47	-	-	-	528	-	-	-
MÉXICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	6.857	-	-	-	2	-	-	-	-	43	-	-
PERU	-	-	-	-	107	-	-	-	-	28	-	-
URUGUAI	94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	7.762	-	30	-	248	-	-	-	622	7.810	-	16.472
RESTO DO MUNDO	-	-	2.871	-	-	-	25	-	-	-	-	2.896
TOTAL	7.762	-	2.901	-	248	-	25	-	622	7.810	-	19.368
												842
												16%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

sh

//

Quadro no. 9  
 Exportações de Látex dos países da ALADI. Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
BOLÍVIA	1.250	-	108	-	14	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	91	-	-	-	-	-	-	-	-	3.398	-	-
COLÔMBIA	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHILE	9.622	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-
EQUADOR	4.039	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-
MÉXICO	-	-	976	-	-	-	-	-	-	137	-	-
PARAGUAI	5.330	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	1.165	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
URUGUAI	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	773	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	22.482	-	1.114	-	14	-	-	-	44	3.597	-	27.251
RESTO DO MUNDO	11.257	-	146	-	27	-	200	-	-	7.384	99	19.113
TOTAL	33.739	-	1.260	-	41	-	200	-	44	10.981	99	46.364
												59%
												41%
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

eb

Quadro no. 10

Importações de Látex dos países da ALADI. Ano 1980  
 (Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	1	-	1.050	-	-	-	-	45	4	-
BOLÍVIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	-	-	-	-	-	-	28	-	-	-	1	-
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHILE	254	-	-	-	-	26	-	2	114	6	-	-
ECUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.628	-
MÉXICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	-	-	-	-	-	650	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	2.141	-	3.612	-	273	-	-	-	26	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	2.395	-	3.613	-	1.323	676	28	2	140	51	1.633	9.861
RESTO DO MUNDO	23.958	17.208	80.662	35.925	38.012	13.645	226.412	791	47.304	425	133.718	618.060
TOTAL	26.353	17.208	84.275	35.925	39.335	14.321	226.440	793	47.444	476	135.351	627.921
												22
												987
												1007

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.



Quadro no. 11  
Importações de Laticios dos países da ALADI. Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	113	-	9.109	445	58	896	1.250	89	1.122	
BOLÍVIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRASIL	-	-	-	-	-	-	1.367	222	-	11	-	
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CHILE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ECUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MÉXICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PARAGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
URUGUAI	24	-	3.471	-	43	-	177	-	1	-	-	
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALADI	24	-	3.584	-	9.152	445	1.602	1.118	1.251	100	1.805	19.061
RESTO DO MUNDO	2.262	9.432	15.454	12.652	21.818	1.866	187.052	307	58.759	148	207.763	516.713
TOTAL	2.286	9.432	19.038	12.652	30.970	1.511	188.654	1.425	60.010	248	209.568	535.794
												1002
												4%
												96%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 12

Exportações de Cereais dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

DESTINO	ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA		-	-	111	-	67	-	-	-	-	1.350	-	-
BOLÍVIA		41.433	-	445	-	4	-	-	-	683	-	-	-
BRASIL		183.146	-	-	-	1.947	-	16	1.277	-	16.463	4.589	-
COLÔMBIA		478	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-
CHILE		4.551	-	-	-	-	-	-	-	-	7.089	-	-
EQUADOR		-	-	-	15.868	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI		9.802	-	7	-	-	-	-	-	-	43	-	-
PERU		49.510	87	-	-	35	-	4	-	-	-	-	-
URUGUAI		5.861	-	2	-	-	-	-	234	-	-	-	-
VENEZUELA		531	-	-	-	111	-	53	-	3	-	-	-
ALADI		295.312	87	569	15.868	2.203	-	73	1.511	686	24.945	4.589	345.843
RESTO DO MUNDO		1.328.050	1	6.077	798	266	5	8.101	983	1.377	45.149	1.990	1.392.797
TOTAL		1.623.362	88	6.646	16.666	2.469	5	8.174	2.494	2.063	70.094	6.579	1.738.640
													20%
													80%
													100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

ab

Quadro no. 13

Exportações de Cereais dos países da ALADI. Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BOLÍVIA	19.695	-	467	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	57.941	-	-	-	2.195	-	-	580	-	-	4.069	-
COLÔMBIA	68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHILE	6.912	-	1.910	-	-	-	-	-	-	7.336	-	-
EQUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	33.525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	13.579	-	253	-	15	-	-	-	-	17	-	-
PERU	4.862	717	-	-	31	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	2.348	182	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	23.701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	162.630	899	2.659	-	2.241	-	-	580	-	52.192	4.069	225.270
RESTO DO MUNDO	1.655.712	-	67.131	-	70	-	1.182	-	1.311	66.897	42	1.752.345
TOTAL	1.818.342	899	69.790	-	2.311	-	1.182	580	1.311	119.089	4.111	2.017.615
												112
												89%
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 14

Importações de Cereais dos países da ALADI. Ano 1960  
 (Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	233.855	2.858	8.715	-	2.566	11.852	61.019	7.358	1.854	
BOLÍVIA	-	-	-	-	70	-	-	-	64	-	-	
BRASIL	117	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	
COLÔMBIA	-	-	1	-	-	7.120	-	-	-	-	-	
CHILE	65	-	2.826	102	-	-	-	-	29	-	129	
ECUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MÉXICO	-	-	26	-	-	-	-	-	5	-	64	
PARAGUAI	-	-	2.751	-	165	-	-	-	-	537	-	
PERU	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	3	
URUGUAI	1.440	-	17.647	-	6.668	-	-	17	-	-	-	
VENEZUELA	-	-	2.761	737	-	-	2.760	-	-	-	-	
ALADI	1.622	-	259.867	3.706	15.618	7.120	5.326	11.869	61.117	7.908	2.050	376.203
RESTO DO MUNDO	3.500	21.608	2.201.566	197.923	241.581	76.848	1.123.745	-	283.316	365	527.890	3.678.342
TOTAL	5.122	21.608	2.461.433	201.629	257.199	83.968	1.129.071	11.869	344.433	8.273	529.940	4.054.545

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

eb

//

Quadro no. 15

135

Importações de Cereais dos países da ALADI - Ano 1982  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	60.715	301	6.983	-	36.254	6.900	2.164	2.592	36.782	
BOLÍVIA	-	-	-	-	10	-	-	-	21	-	-	
BRASIL	165	-	-	-	1.996	-	-	197	-	15	-	
COLÔMBIA	-	-	1	-	-	-	-	-	349	-	-	
CHILE	-	-	5.245	14	-	-	-	-	9	-	-	
EQUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MÉXICO	-	-	1.087	55	-	-	-	1	-	-	8	
PARAGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
URUGUAI	138	-	46.458	-	6.523	-	-	-	-	-	-	
VENEZUELA	-	-	6.291	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALADI	303	-	119.797	370	15.512	-	36.254	7.098	2.543	2.607	36.790	221.274
RESTO DO MUNDO	176	16.286	824.471	164.318	222.394	17.402	292.496	3	259.180	5.330	406.415	2.206.471
TOTAL	479	16.286	944.268	164.688	237.906	17.402	328.750	7.101	261.723	7.937	443.205	2.429.745
												9%
												91%
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

## Quadro no. 16

Exportações de óleos e gorduras dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	1.014	-	49	-	-	2.635	-	-	-	-
BOLÍVIA	21.750	-	297	-	-	-	-	-	404	-	-	-
BRASIL	43.928	-	-	-	-	-	-	286	-	1.966	-	-
COLÔMBIA	113	-	-	-	-	-	-	2	-	350	18	-
CHILE	22.855	30	6.143	-	-	85	-	436	90	131	-	-
EQUADOR	5	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	-
MÉXICO	338	-	600	-	-	-	-	13	-	-	-	-
PARAGUAI	1.380	-	1.099	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	2.984	-	2.540	20	-	43	-	16	-	39	-	-
URUGUAI	7.946	-	332	-	-	-	-	1.180	-	-	-	-
VENEZUELA	3.373	-	6.772	-	-	13	-	-	-	-	-	-
ALADI	104.672	30	18.797	20	49	141	-	4.568	494	2.556	18	131.345
RESTO DO MUNDO	412.287	-	655.850	6	-	3.518	489	12.414	176	8.286	-	1.093.026
TOTAL	516.959	30	674.647	26	49	3.659	489	16.982	670	10.842	18	1.224.371
												11%
												89%
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro no. 17  
Exportações de óleos e gorduras dos países da ALADI. Ano 1982  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	149	-	-	-	-	4.195	-	230	-	-
BOLÍVIA	3.044	-	564	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	23.427	-	-	-	-	-	-	997	-	945	-	-
COLÔMBIA	10.332	-	5.573	-	12	-	-	78	-	4	13	-
CHILE	29.605	-	7.954	-	-	-	-	155	4	-	-	-
ECUADOR	434	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	161	-	298	-	-	-	-	396	-	-	-	-
PARAGUAI	1.879	-	2.032	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	7.832	505	3.276	-	-	-	-	7	-	4	-	-
URUGUAI	993	-	1.451	-	-	-	-	499	-	-	-	-
VENEZUELA	6.602	-	36	287	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	84.309	505	21.355	287	12	-	-	6.327	4	1.183	13	113.995
RESTO DO MUNDO	346.314	-	515.640	-	-	-	179	12.457	99	2.999	-	877.688
TOTAL	430.623	505	536.995	287	12	-	179	18.784	103	4.182	13	991.683
												100%

Fonte: ALADI. Secretaris-Geral.

## Quadro no. 18

Importações de óleos e gorduras dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	59.713	131	23.685	21	487	649	2.707	8.713	21.298	
BOLÍVIA	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	
BRASIL	948	-	-	32	9.373	-	513	1	2.234	367	8.948	
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	
CHILE	53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EQUADOR	-	-	-	-	90	-	-	-	46	-	15	
MÉXICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PARAGUAI	2.671	-	204	22	512	-	187	-	32	1.300	-	
PERU	-	-	-	-	78	-	-	-	-	-	-	
URUGUAI	-	-	2.256	248	329	93	4	-	40	-	-	
VENEZUELA	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
ALADI	3.672	-	62.173	435	34.077	114	1.191	650	5.081	10.380	30.261	148.034
RESTO DO MUNDO	748	4.124	39.351	84.078	11.859	35.509	102.795	7	27.557	569	139.237	445.834
TOTAL	4.420	4.124	101.524	84.513	45.936	35.623	103.986	657	32.638	10.949	169.498	593.868
												100%
												25%
												75%

Fonte: ALADI, Secretaria-Geral.



Quadro no. 19  
Importações de óleos e gorduras dos países da ALADI. Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

DESTINO	ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA		-	-	26.624	11.102	31.671	502	220	276	8.407	1.050	8.148	
BOLÍVIA		-	-	-	-	-	-	-	-	157	-	-	
BRASIL		146	-	-	19.154	8.304	5	397	1	4.393	1.262	39	
COLÔMBIA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
CHILE		-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	
EQUADOR		-	-	-	985	29	-	-	-	-	-	-	
MÉXICO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PARAGUAI		4.329	-	1.489	171	174	4	234	-	7	627	104	
PERU		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
URUGUAI		265	-	1.018	46	93	-	14	-	-	-	48	
VENEZUELA		-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	
ALADI		4.740	-	29.131	31.475	40.271	511	865	277	12.968	2.939	8.341	131.518
RESTO DO MUNDO		977	2.054	13.293	71.445	11.833	29.035	129.810	22	23.443	262	105.152	387.326
TOTAL		5.717	2.054	42.424	102.920	52.104	29.546	130.675	299	36.411	3.201	113.493	518.844
													100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

## Quadro no. 20

Exportações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	-	-	-	-	-	970	-	-	-	-
BOLÍVIA	-	-	316	-	-	-	-	112	-	-	-	-
BRASIL	64.935	-	-	-	-	-	-	15.778	12	4.086	-	-
COLÔMBIA	14	-	235	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHILE	226	-	868	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	98	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	-	-	12.051	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	1.229	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	150	-	439	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
ALADI	66.554	18	14.069	98	-	-	-	16.860	13	4.086	-	101.698
RESTO DO MUNDO	595.739	-	401.614	11.219	128	-	51.895	28.400	39	607	1	1.089.642
TOTAL	662.293	18	415.683	11.317	128	-	51.895	45.260	52	4.693	1	1.191.340
												9%
												91%
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

eh

Quadro no. 21  
Exportações de sementes e frutos oleaginosos dos países de ALADI. Ano 1982  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	35	-	-	-	-	2.334	-	-	-	-
BOLÍVIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	106.677	-	-	-	59	-	6	72.872	-	4.911	-	-
COLÔMBIA	31	-	-	-	-	-	-	29	-	-	-	-
CHILE	255	-	524	-	-	-	-	40	-	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	28.513	-	42.104	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	6	-	3.916	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	34	-	-	-	1.349	-	-	-	-
ALADI	135.553	-	46.579	34	59	-	6	76.624	-	4.911	-	263.766
RESTO DO MUNDO	318.695	-	91.551	5.215	281	-	29.240	14.339	-	683	-	460.004
TOTAL	454.248	-	138.130	5.249	340	-	29.246	90.963	-	5.594	-	723.770
												100%

Fonte: ALADI. Secretaris-Geral.

## Quadro no. 22

Importações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI, Ano 1980  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	79.199	49	329	-	-	-	-	167	-	-
BOLÍVIA	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-
BRASIL	102	-	-	-	1.125	-	-	-	-	334	-	-
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	162	-	-	-	-	-	-
CHILE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	130	-	-	-
MÉXICO	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-
PARAGUAI	747	-	40.975	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
URUGUAI	-	-	4.417	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	849	-	124.593	49	1.454	162	-	-	149	501	3	127.760
RESTO DO MUNDO	1.517	98	6.399	10.297	67	256	264.542	10	77	-	24.366	307.629
TOTAL	2.366	98	130.992	10.346	1.521	418	264.542	10	226	501	24.369	435.389
												100%
												29%
												71%

Fonte: ALADI: Secretaria-Geral.

Quadro no. 23  
 Importações de sementes e frutos oleaginosos dos países da ALADI. Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	119.372	84	198	-	20.217	32	-	70	-	-
BOLÍVIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	38	-	-	-	674	-	49.354	789	-	-	-	-
COLÔMBIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
CHILE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	-	-	7	611	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	494	-	138.530	-	71	-	-	-	-	18	-	-
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	-	-	5.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALADI	532	-	262.925	695	943	-	69.571	821	-	88	2	335.577
RESTO DO MUNDO	419	60	53.846	20.033	86	1.610	273.459	8	457	9	20.534	370.521
TOTAL	951	60	316.771	20.728	1.029	1.610	343.030	829	457	97	20.536	706.098
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

## Quadro no. 24

Exportações de legumes dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	45	9.562	-	2.280	-	-	7.964	-	370	-	-
BOLÍVIA	24	-	-	-	70	-	2	-	8	-	-	-
BRASIL	45.492	10	-	1	6.000	-	2.543	-	226	245	-	-
COLÔMBIA	8	-	-	-	8.310	117	1.824	-	288	-	-	-
CHILE	6	-	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	93	1.530	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	152	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	-	-	-	-	177	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	1.893	-	161	-	485	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	1.892	-	-	2.645	22.263	-	499	18	270	-	-	-
ALADI	50.352	55	9.823	2.739	41.115	117	4.868	7.982	792	615	-	118.458
RESTO DO MUNDO	70.303	-	288	668	15.398	-	390.008	-	2.121	23	5.746	484.555
TOTAL	120.655	55	10.111	3.407	56.513	117	394.876	7.982	2.913	638	5.746	603.013
												20%
												80%
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

eh

Quadro no. 25  
Exportações de legumes dos países da ALADI. Ano 1982  
(Milhares de dólares)

DESTINO \ ORIGEM	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	88	-	269	-	434	8.413	-	-	-	-
BOLÍVIA	-	-	1	-	22	-	-	-	11	-	-	-
BRASIL	26.872	-	-	-	2.825	-	2.553	-	213	-	-	-
COLÔMBIA	2.595	-	-	-	597	-	499	-	1.268	-	104	-
CHILE	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	-	212	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	1.138	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
URUGUAI	1.554	-	160	-	426	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	2.836	-	-	3.025	6.854	-	164	-	-	-	-	-
ALADI	35.035	-	250	3.025	11.268	-	3.650	8.413	2.830	-	104	64.575
RESTO DO MUNDO	64.009	-	1.017	37	12.973	-	361.770	-	873	-	16.937	457.616
TOTAL	99.044	-	1.267	3.062	24.241	-	365.420	8.413	3.703	-	17.041	522.191
												100%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

Quadro No. 26

Importações de legumes dos países da ALADI. Ano 1980  
(Milhares de dólares)

ORIGEM DESTINO	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	EQUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA	TOTAL
ARGENTINA	-	-	50.315	73	40	-	1.030	-	-	1.481	2.064	
BOLÍVIA	56	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
BRASIL	7.086	-	-	-	-	-	12.663	16	-	182	-	
COLÔMBIA	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	2.691	
CHILE	1.163	-	6.266	8.184	-	717	-	-	193	480	19.123	
EQUADOR	-	-	-	174	-	-	-	-	-	-	-	
MÉXICO	-	-	4.220	2.121	-	-	-	-	-	-	1.413	
PARAGUAI	9.891	-	27	-	-	-	-	-	-	25	-	
PERU	-	-	228	561	-	-	-	-	-	-	326	
URUGUAI	449	-	798	-	-	-	-	-	-	-	-	
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALADI	18.645	-	61.859	11.113	40	717	13.693	16	193	2.168	25.617	134.061
RESTO DO MUNDO	30.174	-	34.678	17.799	361	205	279.207	-	4.299	4.149	42.875	413.747
TOTAL	48.819	-	96.537	28.912	401	922	292.900	16	4.492	6.317	68.492	547.808
												100%
												24%
												76%

Fonte: ALADI. Secretaria-Geral.

ab



Quadro no. 27  
Importações de legumes dos países da ALADI, Ano 1982  
 (Milhares de dólares)

DESTINO	ORIGEM											TOTAL			
	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CHILE	ECUADOR	MÉXICO	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA				
ARGENTINA	-	-	27.974	2.114	-	-	12.883	3	-	1.342	7.096	-	-	-	-
BOLÍVIA	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	84	-	-	-	-	-	-	-	-	99	4	-	-	-	-
COLÔMBIA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	563	-	-	-	-
CHILE	276	-	3.282	998	-	719	-	-	-	-	-	13.237	-	-	-
EQUADOR	-	-	-	1.112	-	-	-	-	-	-	-	-	105	-	-
MÉXICO	-	-	6.296	192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
PARAGUAI	2.705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	328
PERU	-	-	219	526	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
URUGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VENEZUELA	-	-	-	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.458	-
ALADI	3.065	-	37.785	5.017	-	719	20.172	3	-	1.893	22.689	-	105	-	-
RESTO DO MUNDO	1.919	21	25.287	27.920	529	762	103.539	-	-	1.549	36.102	-	5.695	-	-
TOTAL	4.984	21	63.072	32.937	529	1.481	123.711	3	5.800	3.442	58.791	91.448	294.771	203.323	100%

Fonte: ALADI, Secretaria-Geral.

Quadro 28EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS SELECIONADOS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO; VALOR MÉDIO 1978/1980

PRODUTO	TOTAL MUNDIAL	% PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SOBRE TOTAL	% AMÉRICA LATINA SOBRE TOTAL
Cacau	3.139.4	94.6	19.0
Café	11.933.0	92.3	59.1
Chá	1.817.0	76.7	2.0
Arroz	4.193.1	43.2	5.5
Milho	9.877.2	13.5	5.7
Trigo	12.789.9	6.1	4.1
Açúcar	14.803.6	64.6	50.5
Carne vacum	7.577.0	16.4	12.8
Bananas	1.167.3	92.5	72.2
Amendoim	523.1	39.4	10.0
Óleo de cacau	395.9	38.5	0.3
Óleo de amendoim	406.2	73.6	38.8
Óleo de palma (dendê)	1.692.4	77.3	0.1
Farinha de peixe	990.6	49.3	41.8
Algodão	6.899.5	46.2	15.6
Juta	190	91.1	0.1
Lã	3.306.5	17.7	9.6
Borracha	3.821.1	98.5	0.2
Madeiras	7.165.8	94.3	5.3
Couros e peles	3.037.1	15.5	1.9
Fumo	3.806.7	44.8	11.9
Bauxina	769.6	84.3	51.2
Cobre	8.991.8	61.5	26.0
Estanho	2.659.8	81.1	12.1

Fonte: CEPAL. Aspectos de uma política latino-americana no setor dos produtos básicos. Comércio Exterior. Vol. 33, Núm. 5. Maio 1983, página 427.